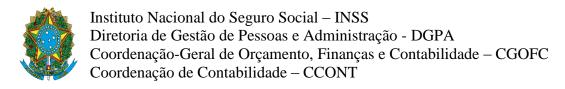
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS





PRESIDENTE

Leonardo José Rolim Guimarães

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

Rogério Soares de Souza

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Herbert Luís Martinez Teixeira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Omar Ney Nogueira Morais

EQUIPE TÉCNICA

Cristiani da Silva Botelho de Andrade

Daniel Leitão da Costa

Edna Maria da Cruz Duarte de Almeida

Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça

Igor Ian Leão Teixeira

Josbete Monsueth Alves dos Santos

Juliana Faustino Veiga Neves

Leonardo de Sousa Oliveira

Lissandra Holanda Bonfim

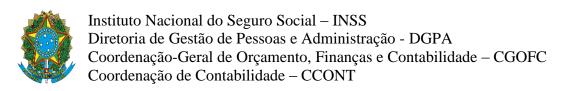
Roberson Coelho de Abrantes

Sandra da Silva Lopes

Sérgio de Almeida Otoni

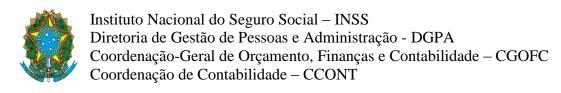
Vanderlei Padilha de Almeida

Venúsia de Paula Costa



SUMÁRIO

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
I - Balanço Patrimonial	8
II - Demonstração das Variações Patrimoniais	11
III - Balanço Orçamentário	14
IV - Balanço Financeiro	17
2. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	18
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	30
4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
Nota 1 - Ativo	34
Nota 2 - Ativo Circulante	35
Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	35
Nota 4 - Ajuste para Perdas - Créditos por Dano Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo	37
Nota 5 - Ativo Não Circulante	49
Nota 6 - Passivo	49
Nota 7 - Receita da Folha de Benefícios	56
Nota 8 - RPV e Precatórios	58
Nota 9 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	59
Note 10 Ações relegionades en COVID 10	67



LISTA DE SIGLAS

APS Agência da Previdência Social

BF Balanço Financeiro

BO Balanço Orçamentário

BP Balanço Patrimonial

BPC Benefício de Prestação Continuada

CCONT Coordenação de Contabilidade

CF Constituição Federal

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COVID-19 Coronavirus Disease 2019

CPTCE Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

DATAPREV Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DVP Demonstração da Variação Patrimonial

DIROFL Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DGPA Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração

EPU Encargo Previdenciário da União

IAPAS Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social

INSS Instituto Nacional do Seguro Social

ISF Indicador de Superávit Financeiro

ISF 'F' Indicador de Superávit Financeiro - Financeiro ISF 'P' Indicador de Superávit Financeiro - Permanente

LOAS Lei Orgânica da Assistência Social

LRF Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MDS Ministério do Desenvolvimento Social

MTPS Ministério do Trabalho e Previdência Social

NBCASP Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

PREVIC Superintendência Nacional de Previdência Complementar



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 1º Trimestre de 2021

RGPS Regime Geral de Previdência Social

RMV Renda Mensal Vitalícia

SGPIWEB Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIGA Sistema Orgânico de Gestão de Documentos de Arquivo

SIOP Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIRC Sistema Nacional de Informações de Registro Civil

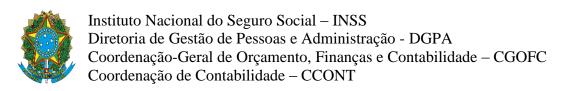
SPIUNET Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da União

STN Secretaria do Tesouro Nacional

TCE Tomada de Contas Especial

TCU Tribunal de Contas da União

VPD Variação Patrimonial Diminutiva



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das Despesas com EPU e LOAS	20
Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS	21
Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Administrados pelo INSS	24
Tabela 4 - Valores Pagos por Ação do Governo	26
Tabela 5 - Ativo – Composição do INSS	34
Tabela 6 - Ativo Circulante – Composição	35
Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo – Composição	36
Tabela 8 - Memória de Cálculo 2018.	37
Tabela 9 - Memória de Cálculo 2019	38
Tabela 10 - Memória de Cálculo 2020	38
Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2021	39
Tabela 12 - Ajuste de Perdas - Dano Patrim. Curto Prazo – Gerências Executivas	39
Tabela 13 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2021	41
Tabela 14 - Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo – Gerências Executivas	42
Tabela 15 - Ativo Não Circulante – Composição do INSS	49
Tabela 16 - Passivo – Composição do INSS	49
Tabela 17 - Passivo Circulante – Composição do INSS	50
Tabela 18 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes	52
Tabela 19 - Os 10 (dez) Maiores Fornecedores do INSS	54
Tabela 20 - Composição do Passivo Não Circulante	55
Tabela 21 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento – 1° Trimestre de 2021	57
Tabela 22 - Receita do Leilão - Por Cód. de Recolhimento -1° Trim. 2021 e 2020	57
Tabela 23 - Provisão de Precatórios – Tribunais Federais	58
Tabela 24 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed 2021	58
Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas	59
Tabela 26 - Transferências e Delegações Recebidas	59
Tabela 27 - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	60
Tabela 28 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	60
Tabela 29 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	61



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

1° 1 rimestre de 2021
Tabela 30 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras
Tabela 31 - Variações Patrimoniais Diminutivas
Tabela 32 - Transferências e Delegações Concedidas
Tabela 33 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais
Tabela 34 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorp. Passivo Tributário
Tabela 35 - Pessoal e Encargos
Tabela 36 - Uso de Bens, Serviço e Consumo de Capital Fixo
Tabela 37 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras
Tabela 38 - Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias
Tabela 39 - Resultado Patrimonial do Período
Tabela 40 - Análise do Resultado Patrimonial do Período
Tabela 41 - Valores Mensais Físicos e Financeiros das Antecipações



EXERCICIO	PERIODO —
LALICICIO	FLINIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO —	PAGINA —
EIVIIOOAU	FAGINA
07/04/0004	1

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA —
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	27/04/2021	<u>'</u>
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	
ATIVO CIRCULANTE	5.087.710.150,40	4.316.556.872,74	PASSIVO CIRCULANTE	141.771.147.252,86	124.815.479.795,9	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.461.634.761,83	3.535.722.706,53	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.431.970.355,02	4.417.677.567,2	
Créditos a Curto Prazo	580.227.993,65	730.904.379,79	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-		
Demais Créditos e Valores	593.136.608,68	740.949.456,19	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	58.291.309,17	34.037.007,1	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-12.908.615,03	-10.045.076,40	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.163.083,53	1.090.758,4	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-		
Estoques	45.169.101,82	49.921.417,54	Provisões a Curto Prazo	-		
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	137.279.722.505,14	120.362.674.462,9	
VPDs Pagas Antecipadamente	678.293,10	8.368,88				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.170.945.148,43	3.174.015.165,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	56.377.840.659,67	56.109.099.313,3	
Ativo Realizável a Longo Prazo	72.766.191,69	72.786.236,75	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	18.503.259,93	18.503.259,9	
Créditos a Longo Prazo	72.766.191,69	72.786.236,75	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	56.024.370.113,59	55.755.105.252,3	
Demais Créditos e Valores	717.444.990,47	717.436.528,28	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	326.452.458,75	326.976.374,5	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-644.678.798,78	-644.650.291,53	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-		
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-		
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	8.514.827,40	8.514.426,6	
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-		
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	198.148.987.912,53	180.924.579.109,2	
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO)		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	_		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	_		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	_		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	_		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	_		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	_		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	-189.890.332.613,70	-173.434.007.071,1	
Imobilizado	3.078.208.801,68	3.085.017.463,52	Resultado do Exercício	-16.446.343.389.87	-64.126.404.859.2	
Bens Móveis	149.786.927,13	156.391.318,33	Resultados de Exercícios Anteriores	-173.434.007.071,19	-109.371.923.753,0	
Bens Móveis	538.400.625,65	538.014.113,58	Ajustes de Exercícios Anteriores	-9.982.152,64	64.321.541,1	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-388.613.698,52	-381.622.795,25	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-189.890.332.613,70	-173.434.007.071.1	
Bens Imóveis	2.928.421.874,55	2.928.626.145,19			,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	
Bens Imóveis	2.928.421.874,55	2.928.626.145,19				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-				
Intangível	19.970.155,06	16.211.465,06				
Softwares	19.970.155,06	16.211.465,06				
Softwares	19.970.155,06	16.211.465,06				
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-				



	RIA DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO 2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA ———
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	2770-472021	
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UN	IIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021 20:	2000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
		2020	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	8.258.655.298,83	7.490.572.038,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.258.655.298,83	7.490.572.038,07

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	ATIVO			PASSIVO				
Ī	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
	ATIVO FINANCEIRO	4.492.510.862,43	3.566.599.783,29	PASSIVO FINANCEIRO	54.063.300.737,59	3.884.446.506,63		
	ATIVO PERMANENTE	3.766.144.436,40	3.923.972.254,78	PASSIVO PERMANENTE	194.819.296.317,40	177.618.634.047,02		
	SALDO PATRIMONIAL	240.623.941.756,16	174.012.508.515,58					

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

i i					
	ATIVO		PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		2020	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	49.999.157.985,90	66.919.010.387,32	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.977.691.697,38	1.958.286.589,12
Atos Potenciais Ativos	49.999.157.985,90	66.919.010.387,32	Atos Potenciais Passivos	1.977.691.697,38	1.958.286.589,12
Garantias e Contragarantias Recebidas	163.617.961,55	173.767.485,78	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	49.819.009.954,90	66.728.690.600,09	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.156.482,67	1.156.482,67
Direitos Contratuais	16.530.069,45	16.552.301,45	Obrigações Contratuais	1.976.535.214,71	1.957.130.106,45
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	49.999.157.985,90	66.919.010.387,32	TOTAL	1.977.691.697,38	1.958.286.589,12

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-86.113.681,50
Recursos Vinculados	-49.484.676.193,66
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-50.257.707.461,31
Previdência Social (RPPS)	-294.576,01
Previdência Social (RGPS)	30.874.975,26
Dívida Pública	-20.179.392,95
Alienação de Bens e Direitos	192.654,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

4.10			
TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA -
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	27/04/2021	3
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UN	IDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	762.436.936,24
Outros Recursos Vinculados	671,11
TOTAL	-49.570.789.875,16

EXERCICIO -

2021

PERIODO -

PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)



EXERCICIO	PERIODO —
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO —	PAGINA —

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 27/04/2021	PAGINA —
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA		I
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	192.215.070.001,96	201.904.246.545,9
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	
Impostos	-	
Taxas	-	
Contribuições de Melhoria	-	
Contribuições	-	
Contribuições Sociais	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	
Contribuição de Iluminação Pública	-	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	635.248.153,37	419.472.095,3
Venda de Mercadorias	-	
Vendas de Produtos	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	635.248.153,37	419.472.095,3
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.234.273,81	6.363.675,3
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	
Juros e Encargos de Mora	35.406,12	4.126.475,7
Variações Monetárias e Cambiais	1.193.653,46	1.940.087,5
Descontos Financeiros Obtidos	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.214,23	297.112,0
Aportes do Banco Central	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	
Transferências e Delegações Recebidas	191.300.824.967,13	200.799.471.037,5
Transferências Intragovernamentais	191.298.527.413,55	200.798.299.212,8
Transferências Intergovernamentais	-	
Transferências das Instituições Privadas	-	
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	
Transferências de Consórcios Públicos	-	
Transferências do Exterior	-	
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	
Transferências de Pessoas Físicas	-	
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.297.553,58	1.171.824,6
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	40.057.533,47	482.796.840,3
Reavaliação de Ativos	-	
Ganhos com Alienação	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos	103.775,50	612.416,2
Ganhos com Desincorporação de Passivos	39.953.757,97	482.184.424,0
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	237.705.074,18	196.142.897,4
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações	-	
Operações da Autoridade Monetária		



EMISSAO PAGINA

PERIODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)

PAGINA

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA —
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	27/04/2021	
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UN	NIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVA:		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	626.644,53	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	237.078.429,65	196.142.897,
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	208.661.413.391,83	217.824.089.566,
Pessoal e Encargos	841.455.414,08	879.201.133,
Remuneração a Pessoal	664.343.753,44	705.942.888,
Encargos Patronais	135.268.737,20	131.640.344,
Benefícios a Pessoal	39.748.411,56	41.350.391,
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.094.511,88	267.509,
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.109.933.134,04	17.302.754.174,
Aposentadorias e Reformas	1.193.453.393,26	1.320.754.389,
Pensões	478.410.737,44	502.004.465,
Benefícios de Prestação Continuada	16.426.020.255,66	15.470.836.555,
Benefícios Eventuais	-	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.048.747,68	9.158.764,
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	351.810.534,66	427.319.247,
Uso de Material de Consumo	6.617.287,63	2.931.724,
Serviços	338.081.307,46	416.176.685,
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.111.939,57	8.210.837,
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	269.376.499,60	550.899.805,
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	
Juros e Encargos de Mora	78.339,21	209.230,
Variações Monetárias e Cambiais	269.297.149,73	550.690.492,
Descontos Financeiros Concedidos	1.010,66	82,
Aportes ao Banco Central	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	
Transferências e Delegações Concedidas	172.109.454.431,76	181.860.675.135,
Transferências Intragovernamentais	172.106.873.539,55	181.859.241.335,
Transferências Intergovernamentais	-	
Transferências a Instituições Privadas	-	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	
Transferências ao Exterior	104.569,28	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.476.322,93	1.433.800,
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.952.498.458,22	16.777.069.064,
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.518.690,41	
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias	67,60	
Incorporação de Passivos	16.947.552.445,08	16.776.146.281,
Desincorporação de Ativos	1.427.255,13	922.782,



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO PERIODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSAO PAGINA

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO —	PAGINA —
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	27/04/2021	3
		VALORES EM LIN	IIDADES DE REAL
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EW OR	IDADEO DE NEAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	6.997.627,29	5.031.503,1
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	150.242,01	231.110,4
Contribuições	6.847.385,28	4.800.392,68
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	
Custo das Mercadorias Vendidas	-	
Custos dos Produtos Vendidos	-	
Custo dos Serviços Prestados	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	19.887.292,18	21.139.501,6
Premiações	-	
Resultado Negativo de Participações	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	
Incentivos	-	
Subvenções Econômicas	-	
Participações e Contribuições	-	
Constituição de Provisões	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	19.887.292,18	21.139.501,6
ESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-16.446.343.389,87	-15.919.843.020,5

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



EXERCICIO —	PERIODO —
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO —	PAGINA —

		•	
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO —	PAGINA —
		27/04/2021	1
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UN	IDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES			689.405.032,40	689.405.032,40
Receitas Tributárias		-	-	· -
Impostos		-	-	-
Taxas		-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-
Receita Patrimonial		-	632.776.429,72	632.776.429,72
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		-	1.093.198,55	1.093.198,55
Valores Mobiliários		-	5.203,57	5.203,57
Delegação de Serviços Públicos		-	· -	
Exploração de Recursos Naturais		-	_	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-
Cessão de Direitos		-	631.678.027,60	631.678.027,60
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-
Receita Industrial		-	_	-
Receitas de Serviços		-	-5.103.399,00	-5.103.399,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		_	-5.103.399,00	-5.103.399,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		_	· _	· -
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		_	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		_	-	-
Outros Serviços		_	_	
Transferências Correntes		-	_	
Outras Receitas Correntes		_	61.732.001,68	61.732.001,68
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		_	523.605,52	523.605,52
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	53.627.391,92	53.627.391,92
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		_	-	· -
Demais Receitas Correntes		_	7.581.004,24	7.581.004,24
RECEITAS DE CAPITAL		-	· -	
Operações de Crédito		-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-
Alienação de Bens Móveis		-		-
Alienação de Bens Imóveis		-	_	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	_	-
Amortização de Empréstimos		-		-
Transferências de Capital		-	_	-
Outras Receitas de Capital		-	_	-
·				



EXERCICIO —	PERIODO —
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO —	PAGINA —
EIVIIOSAU	PAGINA

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO ———————————————————————————————————	PAGINA —
SUBTITULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	27/04/2021	2
ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UN	NIDADES DE REAL

	RECE	EITA		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social		-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	689.405.032,40	689.405.032,40
REFINANCIAMENTO		-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-
Mobiliária		-	-	-
Contratual		-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-
Mobiliária		-	-	-
Contratual		-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	689.405.032,40	689.405.032,40
DEFICIT			68.643.430.354,74	68.643.430.354,74
TOTAL			69.332.835.387,14	69.332.835.387,14
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO		- 68.897.392,00	68.897.392,00	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			-	_

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	11.196.041.073,00	11.264.938.465,00	69.328.963.582,74	19.007.673.662,38	15.790.352.858,72	-58.064.025.117,74	
Pessoal e Encargos Sociais	8.862.555.652,00	8.862.555.652,00	3.685.111.838,43	2.195.672.833,04	1.470.935.615,88	5.177.443.813,57	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	2.333.485.421,00	2.402.382.813,00	65.643.851.744,31	16.812.000.829,34	14.319.417.242,84	-63.241.468.931,31	
DESPESAS DE CAPITAL	30.556.933,00	30.556.933,00	3.871.804,40	475.530,72	428.795,82	26.685.128,60	
Investimentos	30.556.933,00	30.556.933,00	3.871.804,40	475.530,72	428.795,82	26.685.128,60	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	11.226.598.006,00	11.295.495.398,00	69.332.835.387,14	19.008.149.193,10	15.790.781.654,54	-58.037.339.989,14	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	11.226.598.006,00	11.295.495.398,00	69.332.835.387,14	19.008.149.193,10	15.790.781.654,54	-58.037.339.989,14	
TOTAL	11.226.598.006,00	11.295.495.398,00	69.332.835.387,14	19.008.149.193,10	15.790.781.654,54	-58.037.339.989,14	



EXERCICIO ———	PERIODO —
LALINGIGIO	FLINIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO —	PAGINA —
EIVIIOOAU	FAGINA
27/04/2021	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	232.618.854,93	308.576.868,63	162.857.062,78	157.675.360,68	1.175.073,98	382.345.288,90
Pessoal e Encargos Sociais	64.539.886,42	23.331.413,33	2.223.109,43	341.891,50	-	87.529.408,25
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	168.078.968,51	285.245.455,30	160.633.953,35	157.333.469,18	1.175.073,98	294.815.880,65
DESPESAS DE CAPITAL	12.401.318,37	25.805.573,68	4.430.523,97	685.614,96	-	37.521.277,09
Investimentos	12.401.318,37	25.805.573,68	4.430.523,97	685.614,96	-	37.521.277,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	245.020.173,30	334.382.442,31	167.287.586,75	158.360.975,64	1.175.073,98	419.866.565,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

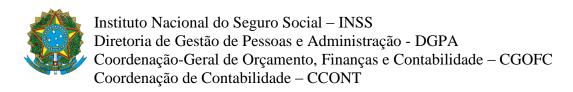
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20.271.096,89	3.206.917.953,18	3.206.424.158,34	2.229,51	20.762.662,22
Pessoal e Encargos Sociais	2.169.045,23	794.025.152,82	793.972.646,73	-	2.221.551,32
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18.102.051,66	2.412.892.800,36	2.412.451.511,61	2.229,51	18.541.110,90
DESPESAS DE CAPITAL	175.788,09	95.954,76	95.954,76	-	175.788,09
Investimentos	175.788,09	95.954,76	95.954,76	-	175.788,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20.446.884,98	3.207.013.907,94	3.206.520.113,10	2.229,51	20.938.450,31



EXERCICIO ——————————————————————————————————	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA 1

718			
TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO ———————————————————————————————————	PAGINA —
SUBTITULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA	21/04/2021	ı
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA	VALORES EM UN	IDADES DE REAL

INGRESSOS	INGRESSOS			DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
Receitas Orçamentárias	689.405.032,40	424.378.056,33	Despesas Orçamentárias	69.332.835.387,14	33.161.049.997,91		
Ordinárias	-	-	Ordinárias	26.902.218,93	-		
Vinculadas	689.413.577,92	424.397.889,26	Vinculadas	69.305.933.168,21	33.161.049.997,91		
Seguridade Social (Exceto Previdência)	53.403.705,27	4.093.806,23	Seguridade Social (Exceto Previdência)	69.050.341.752,37	32.775.030.965,25		
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	3.838.510,30	-		
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	636.009.872,65	420.304.083,03	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	251.752.905,54	386.019.032,66		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.545,52	-19.832,93					
Transferências Financeiras Recebidas	191.296.126.422,29	200.798.279.540,21	Transferências Financeiras Concedidas	172.089.189.914,07	181.857.341.442,45		
Resultantes da Execução Orçamentária	182.730.256.767,35	180.300.732.518,81	Resultantes da Execução Orçamentária	163.716.591.148,43	161.192.718.854,69		
Repasse Recebido	180.605.665.618,92	177.658.811.517,16	Repasse Concedido	161.592.000.000,00	158.550.797.853,04		
Sub-repasse Recebido	2.124.591.148,43	2.641.921.001,65	Sub-repasse Concedido	2.124.591.148,43	2.641.921.001,65		
Independentes da Execução Orçamentária	8.565.869.654,94	20.497.547.021,40	Independentes da Execução Orçamentária	8.372.598.765,64	20.664.622.587,76		
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.178.117.915,34	20.070.907.962,04	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.755.099.944,69	19.893.229.795,96		
Demais Transferências Recebidas	602.283,20	26.202,06	Demais Transferências Concedidas	461.475,49	150.106.190,49		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	387.149.456,40	426.612.857,30	Movimento de Saldos Patrimoniais	617.037.345,46	621.286.601,31		
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-		
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-		
Recebimentos Extraorçamentários	53.730.018.095,03	17.971.892.429,75	Pagamentos Extraorçamentários	3.367.612.193,21	2.993.479.078,26		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.217.367.538,56	3.052.270.653,71	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.206.520.113,10	2.857.483.614,68		
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	50.324.686.194,04	14.709.181.959,65	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	158.360.975,64	131.911.965,88		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.886.679,38	18.399.344,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.728.937,15	4.083.497,70		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	182.077.683,05	192.040.471,64	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.167,32	-		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		11.017,72	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.167,32			
Arrecadação de Outra Unidade	179.973.991,06	191.940.808,00					
Demais Recebimentos	2.103.691,99	88.645,92					
Saldo do Exercício Anterior	3.535.722.706,53	3.380.498.613,48	Saldo para o Exercício Seguinte	4.461.634.761,83	4.563.178.121,15		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.535.722.706,53	3.380.498.613,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.461.634.761,83	4.563.178.121,15		
TOTAL	249.251.272.256,25	222.575.048.639,77	TOTAL	249.251.272.256,25	222.575.048.639,77		



2. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério da Economia - ME, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil com o CNPJ nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

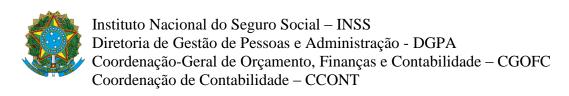
No exercício de 2014 houve a cisão¹ das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, os Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Ressalta-se que no 1º Trimestre do Exercício Financeiro 2021 ocorreu a redução das despesas de custeio no INSS e no setor público em geral, devido às ações realizadas pelo governo para conter o avanço da COVID – 19, ação essa que levou milhares de servidores públicos a trabalharem de forma remota em casa. Dentre as principais despesas que foram economizadas, estão o pagamento de diárias e passagens e os serviços de energia elétrica e comunicação.

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como alguns benefícios de caráter assistencial, como por exemplo, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

-

¹ Cisão no âmbito do SIAFI.



Segundo o artigo 20 da LOAS, o BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovarem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Após a promulgação da LOAS, os benefícios Renda Mensal Vitalícia (RMV) e Pensão Mensal Vitalícia (PMV) foram extintos e substituídos pelo BPC, permanecendo em estoque apenas em função dos antigos beneficiários e seus dependentes. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/1974, era concedida aos idosos com mais de 70 anos ou inválidos, que não exercessem atividade remunerada ou não possuíssem rendimentos mensais maiores que 60% de um salário-mínimo, bem como não possuísse outros meios para prover sua subsistência.

Os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) trazem a rubrica Encargos Previdenciários da União como sendo a soma de: "benefícios de aposentadorias e pensões dos servidores civis e militares da administração direta da União e benefícios concedidos através de leis especiais"

A Tabela 1 apresenta a relação das despesas com Encargos Previdenciários da União – EPU e com os Benefícios Assistenciais da LOAS no 1º Trimestre do Exercício Financeiros de 2021 e 2020.

Compõe o título "Demais Despesas com EPU" na Tabela 1, as seguintes naturezas de despesas: Pensões Vítimas Hemodiálise – Caruaru, 13° Salário – Pessoal Civil – EPU, Pensões Especiais, Salário Família – Inativo Civil. Verifica-se nesse título uma redução de 2,95%, quando comparamos o 1° Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 com o de 2020.

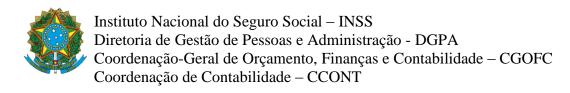


Tabela 1 - Relação das Despesas com EPU e LOAS

R\$

	-					R\$
Orig.	Natureza Despesa Detalhada	1º Trimestre/2	021	1º Trimestre/2	- AH(%)	
Orç.	Natureza Despesa Detamada	R\$	AV(%)	R\$	AV(%)	A11(/0)
	Complem. de Apos Pes. Civil	106.400.822,67	0,63	117.095.699,93	0,74	(9,13)
	Complem. Pensões - Pes.Civil	97.496.585,86	0,58	107.567.620,87	0,68	(9,36)
	Pensões vitalícias Seringueiros	62.537.254,67	0,37	55.591.762,24	0,35	12,49
EPU	Pensões Vítimas de Hanseníase	26.166.460,90	0,16	25.484.719,30	0,16	2,68
	Pensões de Anistiados Políticos	20.663.174,36	0,12	20.642.891,12	0,13	0,10
	Pesões Sindrome Talidomida	17.880.719,64	0,11	17.142.973,46	0,11	4,30
	RMV-Pensão Esp.Microcefalia	1.432.332,48	0,01	506.199,00	-	182,96
	Pens. Graciosas/Indeniz-L. Específicas	317.854,00	-	326.654,42	-	(2,69)
	Demais Despesa com EPU	153.855,87	-	158.524,59	-	(2,95)
Total -	EPU	333.049.060,45	1,99	344.517.044,93	2,17	(3,33)
	Benefício ao Deficiente	8.985.293.237,22	53,61	8.388.212.526,65	52,76	7,12
	Benefício ao Idoso	7.162.259.421,09	42,74	6.770.291.397,69	42,58	5,79
LOAS	Renda Mensal Vitalícia – Inval.	253.242.727,00	1,51	265.297.696,85	1,67	(4,54)
	Renda Mensal Vitalícia - Idade	25.224.870,35	0,15	30.421.218,51	0,19	(17,08)
	Benef. Mensal Defic. e Idoso	-	-	100.201.485,24	0,63	(100,00)
Total -	LOAS	16.426.020.255,66	98,01	15.554.424.324,94	97,83	5,60
Total G	Geral	16.759.069.316,11	100,00	15.898.941.369,87	100,00	5,41

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Destaca-se que no 1º Trimestre do Exercício de 2020 houve o início das despesas com pensão especial destinada às crianças com microcefalia decorrente do Zica vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa pensão especial foi instituída pela Medida Provisória nº 894, de 4 de setembro de 2019, convertida na Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020, e não é cumulativa com o BPC.

Ressalta-se ainda que no 1º Trimestre do Exercício de 2020 houve a antecipação do Benefício de Prestação Continuada, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada parcela, como uma das

ações do governo para diminuir os efeitos negativos da pandemia da COVID-19 na economia brasileira.

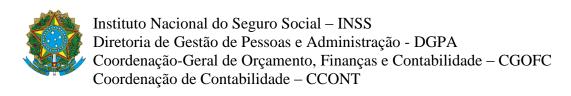
As despesas com benefícios liquidados pelo INSS no 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 foram de R\$ 16.759.069.316,11 (dezesseis bilhões setecentos e cinquenta e nove milhões sessenta e nove mil trezentos e dezesseis reais e onze centavos), com um aumento de 5,41% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, sendo que 1,99% correspondem aos benefícios com EPU no montante de R\$ 333.049.060,45 (trezentos e trinta e três milhões quarenta e nove mil e sessenta reais e quarenta e cinco centavos) e 98,01% correspondem aos benefícios com LOAS no montante de R\$ 16.426.020.255,66 (dezesseis bilhões quatrocentos e vinte e seis milhões vinte mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

As quantidades de créditos pagos no 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021, por espécie de Benefícios com EPU e LOAS, estão discriminadas na Tabela 2. Observa-se que foram pagos 14.397.836 (quatorze milhões trezentos e noventa e sete mil oitocentos e trinta e seis) créditos com benefícios pelo INSS, um aumento de apenas 0,06% no quantitativo quando comparado com o exercício anterior.

Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos - EPU e LOAS

	1º Trimestre/2021			1º Tri				
Discriminação	Quant.Créd. Pagos	Média AV(Quant. Créd. Pagos	Média	AV(%)	AH(%)	
LOAS	14.271.409	4.757.136	99,12	14.247.995	4.749.332	99,02	0,16	
Rede Ferroviária	91.257	30.419	0,63	104.320	34.773	0,72	(12,52)	
Hanseníase (Esp. 96)	15.146	5.049	0,11	16.048	5.349	0,11	(5,62)	
ECT	12.730	4.243	0,09	13.560	4.520	0,09	(6,12)	
Talodomida	3.443	1.148	0,02	3.375	1.125	0,02	2,01	
Estatutário	2.068	689	0,01	2.193	731	0,02	(5,70)	
Anistiados	1.645	548	0,01	1.701	567	0,01	(3,29)	
Hemodiálise - Caruaru	138	46	-	141	47	-	(2,13)	
Total	14.397.836	4.799.279	100,00	14.389.333	4.796.444	100,00	0,06	

Fonte: DATAPREV – Notas Técnicas, janeiro a março/2021 e 2020.



Com exceção dos créditos com Talidomida e LOAS, que tiveram um aumento de 2,01% e 0,16% respectivamente, as demais espécies de EPU apresentaram redução na quantidade de créditos pagos. Essa redução é esperada no caso dos benefícios com EPU devido às suas características, decorrentes de leis específicas para determinados grupos que, com o passar dos anos, tendem a reduzir devido ao falecimento de seus beneficiários.

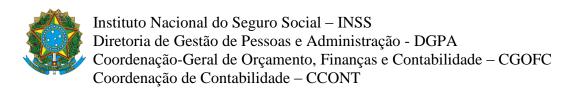
Observa-se que os benefícios com LOAS correspondem a 99,12% do total dos créditos pagos pelo INSS no 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021, enquanto que esse percentual correspondia a 99,02% no exercício anterior.

Apesar do aumento na quantidade de créditos pagos com LOAS ter sido de apenas 0,16%, houve um aumento de 5,60% no montante dessa despesa, quando comparamos o 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 com 2020, evidenciado na Tabela 1, no qual pode ser explicado, em parte, pelo reajuste salário mínimo federal ocorrido em janeiro de 2021, na ordem de 5,26%, de acordo com a Medida Provisória nº 1021/2020.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Órgão Ministério da Economia - ME, e recebidos pela Setorial Financeira do Órgão Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, Órgão 37904 na estrutura do SIAFI, são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 - INSS para a Setorial Financeira do Órgão 37904 - FRGPS.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS por meio de repasse no 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 comparado com o mesmo período do exercício anterior.

As fontes de recursos não exclusivos para pagamento de benefícios previdenciários são os recursos financeiros à disposição do INSS para pagamento de despesas relacionadas com a manutenção da máquina administrativa e pagamento de benefícios assistenciais (LOAS). No 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 essas fontes corresponderam a 0,92% do total dos recursos recebidos pelo INSS.



Houve um aumento significativo de 51.256,05% no total repassado na fonte "51 – Contribuição Social sobre o Lucro PJ" no 1° Trimestre do Exercício Financeiro 2021 comparado com o mesmo período do exercício anterior. Essa fonte não é exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários.

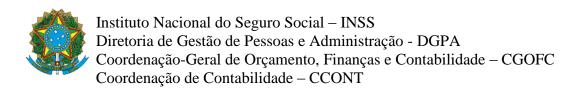
A fonte "53 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários) apresentou uma redução de 62,81% nos repasses no 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021, comparado com o exercício anterior, representando uma participação 0,62%.

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Administrados pelo INSS

R\$

m: 1 E 4	Cód.	F 4 B	1º Trimestre/2021		1º Trimestre/2020		A TT(0/)	
Tipo de Fonte	Fonte	Fonte Recursos	R\$	AV(%) R\$		AV(%)	AV(%) AH(%)	
	54	Recursos do Regime Geral de Previd. Social	161.322.000.000,00	98,46	158.400.761.217,92	98,30	1,84	
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	53	Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	1.020.260.904,24	0,62	2.743.054.872,69	1,70	(62,81)	
	88	Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	3.900.376,31	-	-	-	100,00	
Total - Fonte exclusiva para pagame	nto de b	enefícios previdenciários	162.346.161.280,55	99,08	161.143.816.090,61	90,61 100,00		
	51	Contr. Social s/o Lucro das PJ	1.497.750.457,97	0,91	2.916.405,17	-	51.256,05	
Não é fonte exclusiva para pagamento	69	Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.	3.366.387,93	-	-	-	100,00	
de benefícios previdenciários	56	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	1.321.204,61	-	(100,00)	
	74	Tx/Mul. p/ Poder de Polícia e Mul. Prov. Proc. Jud.	1.000,00	-	-	-	100,00	
Total - Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários		1.501.117.845,90	0,92	4.237.609,78	-	35.323,69		
Total Geral			163.847.279.126,45	100,00	161.148.053.700,39	100,00	1,67	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.



Estrutura Organizacional do INSS

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.614 (um mil seiscentos e quatorze) unidades de Agências da Previdência Social - APS², 88 (oitenta e oito) unidades de APS de Demandas Judiciais, 6 (seis) unidades de APS Móvel Flutuante, 4 (quatro) unidades de APS Teleatendimento, 7 (sete) unidades de APS Acordos Internacionais, 57 (cinquenta e sete) unidades de Prevcidade, 3 (três) unidades de Atendimento móvel e 2 (duas) unidades de Equipes de Demandas Judiciais.

Para viabilizar o atendimento aos segurados e assistidos, o INSS dispõe nas Agências da Previdência Social, bem como nos canais digitais, um conjunto de bens e serviços, de modo a garantir o reconhecimento do direito e o bom atendimento ao cidadão.

A Tabela 4 evidencia as ações realizadas pelo INSS no 1º Trimestre do Exercício Financeiro 2021. O gasto total no período em questão nas ações realizadas pelo Órgão foi de R\$ 19.155.662.743,28 (dezenove bilhões cento e cinquenta e cinco milhões seiscentos e sessenta e dois mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos). As ações mais significativas foram as decorrentes com Benefícios de Prestação Continuada a pessoa com deficiência e a pessoa idosa, que juntas totalizaram 48,09% do total dos gastos.

Como medidas de combate aos efeitos negativos que a pandemia do coronavírus trouxe à economia e ao bem estar da sociedade, foram criadas as ações 21C0 - Enfrentamento Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus e 21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

_

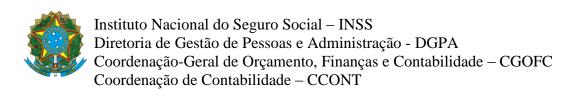
² Fonte: Divisão de Planejamento e Modernização da Rede de Atendimento/Diretoria de Atendimento do INSS.

Tabela 4 - Valores Pagos por Ação do Governo

			R\$
Códígo	Ação Governo	Valor Pago	AV(%)
00IN	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa com deficiência	9.211.889.468,51	48,09
00H5	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa idosa	7.143.319.615,28	37,29
0181	Aposentadoria e pensões civis da União	1.229.482.616,64	6,42
20TP	Ativos Civis da União	711.610.352,58	3,71
0536	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação	210.599.732,33	1,10
2000	Administração da Unidade	197.060.896,73	1,03
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações	135.000.077,81	0,70
00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadoria	77.503.036,68	0,40
2292	Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários	54.373.222,43	0,28
212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares	40.075.687,10	0,21
009K	Complementação de aposentadorias e pensões da extinta RFFSA	37.955.682,77	0,20
2591	Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	35.740.107,83	0,19
2004	Assistência Médica e odontológica aos servidores civis e empregados	25.017.486,78	0,13
2564	Gestão de cadastros para a previdência social	20.499.298,41	0,11
2294	Defesa judicial da previdência social básica	9.476.320,03	0,05
2583	Processamento de dados do benefício de prestação continuada	8.247.195,74	0,04
21C0	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavirus	3.948.294,61	0,02

Fonte: SIAFI e SIOP.

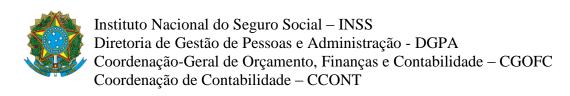
Não constam na Tabela 4 as ações com valores inferiores a um milhão de reais em decorrência da pouca relevância no total dos gastos. As ações excluídas foram: 2585 — Serviço de Reabilitação Profissional; 2563 — Gestão de Melhoria Contínua; 21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas — eSocial; 2593 - Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social; 4572 - Capacitação de servidores públicos Federais em Processo de q; 116V - Instalação de unidades de funcionamento do INSS; 2562 - Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos; 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a agentes pub.; 8869 - Reformas e adaptações das unidades do INSS; 2674 - Representação judicial e extrajudicial da União e suas Autarquias; 8426 -



Desimobilização de imóveis não operacionais do INSS; 2589 - Avaliação e operacionalização do benefício de prestação continuada.

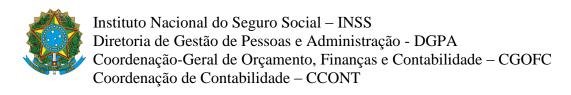
As principais ações realizadas pelo INSS no 1º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 estão descritas abaixo:

- a) **00H5** Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse ¼ do salário mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário mínimo. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário mínimo, é atualmente destinada às pessoas com 70 anos ou mais, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.
- b) **00IN** Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse ¼ do salário mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário mínimo. A RMV, instituída pela Lei Nº 6.179/74, também no valor um salário mínimo, é atualmente destinada às pessoas com invalidez, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.
- c) 2292 Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários ao processo de concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos Sistemas localizados nas Gerências, Agências e Empresas Convenentes, e processados pela Empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondência automática ao cidadão. Este conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social e garante os recursos de teleinformática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, COMPREV,



CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que possa ser implantado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.

- d) 2563 Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, objetivando prestar serviços de qualidade ao cliente interno e externo, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas. Subsidiar o gerenciamento de processos de negócio na organização, sejam finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleça como base essencial o "foco do cidadão", por meio da realização da modelagem, análise, desenho, transformação de processos e o gerenciamento de desempenho de processos, de custos e de riscos institucionais.
- e) 2583 A ação destina-se a custear a informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC e à operacionalização da RMV, serviço prestado pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV). A estruturação do banco de dados e processamento dos benefícios compreende desde a inserção dos dados dos requerentes, até o processamento da concessão, manutenção, atualização, pagamento, revisão, avaliação, suspensão e cessação do BPC. Em relação à RMV, o processamento resulta na manutenção ou cessação dos benefícios.
- f) 2589 Os recursos da ação destinam-se às atividades de gestão e operacionalização do BPC e da RMV, incluindo a concessão, a manutenção, a reavaliação das condições que geraram o direito ao benefício, o controle, a fiscalização, a normatização, o acompanhamento, o monitoramento, a análise quantitativa e qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de informações estratégicas, e a operacionalização da RMV e de ações intersetoriais com outras políticas, de modo a garantir e aprimorar os meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios, bem como ampliar a proteção social dos beneficiários.
- g) 2591 O reconhecimento do direito compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento), subsidiariamente procede-se a atualização no CNIS dos dados cadastrais, vínculos e remunerações. Da etapa de decisão advêm os procedimentos de revisão, recurso e manutenção dos benefícios. Além disso, o reconhecimento de direito engloba a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição e a compensação previdenciária envolvendo os regimes próprios de previdência dos entes federativos. O atendimento dos pedidos de benefícios

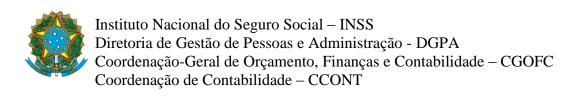


é realizado nas Agências da Previdência Social, sendo tal procedimento agendado através dos canais remotos da Previdência Social via Internet e a Central 135 (telefone) ou através de convênios com sindicatos e empresas, bem como por meio dos acordos internacionais celebrados com diversos países. Os procedimentos decorrentes da solicitação do beneficio são informatizados, porém envolvem um conjunto de ações de responsabilidade exclusiva dos servidores, no sentido de dar suporte ao processo decisório. Dessa forma, esta ação envolve:

- 1. Deslocamento de servidores para executarem supervisão nas Agências, Gerências-Executivas e Superintendências Regionais;
- 2. Reforço de equipes de trabalho em virtude de demanda acima da capacidade operacional das Agências;
- 3. Realização de reuniões técnicas de supervisão, acompanhamento e orientação nas Agências;
- 4. Realização de pesquisas externas para certificação de informações prestadas pelos segurados e empresas;
- 5. Realização de eventos relacionados aos procedimentos médico-periciais (perícias médicas ambulatoriais);
- 6. Juntas médicas;
- 7. Perícias de Pedido de Reconsideração (PR) e Pedido de Prorrogação (PP, perícias médicas domiciliares e hospitalares); e
- 8. Deslocamentos para atividade de supervisão técnica e participação em reuniões e fóruns de discussão técnica e pagamento de profissionais e entidades de saúde credenciadas, convocações de servidores para auxiliar nos trabalhos de desenvolvimento dos novos sistemas de cadastro (CNIS) e SIBE.

No tocante ao Serviço Social:

- I. São realizados atendimentos técnicos individuais ou em grupo;
- II. Encaminhamento dos usuários aos recursos sociais da comunidade;
- III. Assessoria e consultoria às instituições governamentais e não governamentais;
- IV. Estabelecimento de convênios e parcerias com instituições da sociedade civil;
- V. Elaboração de parecer social; e



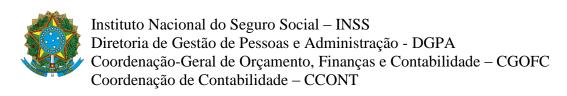
- VI. Realização de cadastros das organizações da sociedade, visitas técnicas domiciliares e institucionais, concessão de recursos materiais e realização de pesquisas sociais, além de desenvolvimento de projetos e participação nos conselhos de direitos.
- h) **4405 -** Garantia de acesso aos serviços por meio de central de relacionamento com o objetivo de agilizar o atendimento, trazendo conforto e comodidade para os segurados e beneficiários da Previdência Social.
- i) **21C0** Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do coronavírus.
- j) 21C2 Gastos com o pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, em suas diversas modalidades, e despesas acessórias para viabilizar seu pagamento como serviços bancários, de tecnologia da informação, call-centers e demais de suporte direto.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.

As informações desta Nota Explicativa estão apresentadas da seguinte forma:

- a) Contas Patrimoniais: comparativo dos saldos do 1º trimestre de 2021 com o exercício financeiro de 2020;
- b) Contas de Resultado: comparativo dos saldos do 1º trimestre de 2021 com o 1º trimestre de 2020.
- c) A Nota "Receita da Folha de Benefícios" é exceção, pois se refere apenas ao saldo do trimestre em estudo (janeiro a março de 2021).



O Balanço Orçamentário - BO é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados³.

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte³.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual³.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício³.

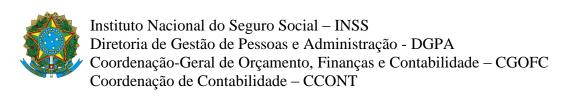
(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

31

³ MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 8ª ed. 2019.



As contas Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos, receitas decorrentes da folha de benefícios, dentre outras, destinadas para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

(b) Demais Créditos e Valores à Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo, relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituíveis e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor que serão realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

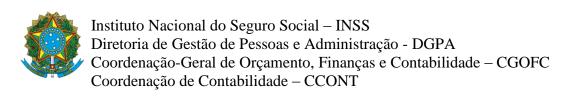
Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e



composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

Os Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber realizáveis no longo prazo, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar, Créditos decorrente de Tomada de Contas Especial – TCE e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões e os encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem às obrigações do INSS junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 - Ativo

Essa classe subdivide-se em Ativo Circulante e Não Circulante. A tabela 5 tem como objetivo demonstrar o comparativo desses dois grupos entre o 1º Trimestre de 2021 e o exercício de 2020.

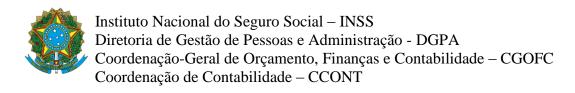
Tabela 5 - Ativo - Composição do INSS

R\$

Ativo	1º Trimestre de 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Ativo Circulante	5.087.710.150,40	61,60	4.316.556.872,74	57,63	17,87
Ativo Não Circulante	3.170.945.148,43	38,40	3.174.015.165,33	42,37	(0,10)
Total	8.258.655.298,83	100,00	7.490.572.038,07	100,00	10,25

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O Ativo apresentou uma progressão de 10,25%, em virtude da variação positiva do Ativo Circulante (AC) de 17,87%, em consequência, principalmente, da elevação do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa. Já o Ativo Não Circulante, que representa 38,40% da classe, trouxe um decréscimo de 0,10% entre os períodos analisados, sobretudo pela redução apresentada no subgrupo Imobilizado.



Nota 2 - Ativo Circulante

O Ativo Circulante é composto pelos Subgrupos Caixa e Equivalentes de Caixa, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques e as Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. Esses são reconhecidos, inicialmente, com base no valor original. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Ativo Circulante no 1º Trimestre de 2021 em confrontação ao exercício de 2020.

Tabela 6 - Ativo Circulante - Composição

R\$

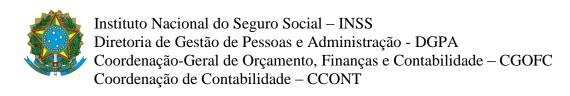
Ativo Circulante	1º Trimestre 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.461.634.761,83	87,69	3.535.722.706,53	81,91	26,19
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	580.227.993,65	11,40	730.904.379,79	16,93	(20,62)
Estoques	45.169.101,82	0,89	49.921.417,54	1,16	(9,52)
Variação Patrimonial Diminutiva PG	678.293,10	0,01	8.368,88	-	8.004,94
Total	5.087.710.150,40	100,00	4.316.556.872,74	100,00	17,87

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Em análise, o Grupo do Ativo Circulante apresentou um aumento de 17,87% com relação ao ano de 2020, impactado, principalmente, pela elevação percentual de 26,19% do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, que representa 87,69% do Grupo, proveniente de um maior aporte de recursos liberados pelo Tesouro. Importante frisar que esse subgrupo contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto pelas contas Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo e Ajustes de Perdas, sendo reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.



O INSS apresentou um saldo líquido R\$ 580,2 milhões no 1º Trimestre de 2021, tendo a conta Adiantamento Concedidos, que representa 41,61% do subgrupo, apresentado uma queda, entre o 1º Trimestre de 2021 e o exercício de 2020, de 35,54%, em decorrência, principalmente da redução na conta de Adiantamento de 13º salário.

A seguir é apresentada a composição do Subgrupo Demais Créditos e Valores de Curto Prazo.

Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo - Composição

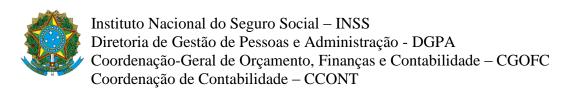
R\$

Demais Créditos e Valores Curto Pzo.	1º Trimestre 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Adiantamentos Concedidos	241.422.346,80	41,61	374.514.684,97	51,24	(35,54)
Créditos por Dano ao Patrimônio	13.105.770,11	2,26	10.139.422,95	1,39	29,26
Depósitos Restituíveis e Valores	4.584.177.50	0,79	4.584.177.50	0,63	_
Vinculados	4.304.177,30		4.304.177,30		
Outros Créditos a Receber e Val. a CP	334.024.314,27	57,57	351.711.170,77	48,12	(5,03)
Ajuste p/ Perdas Demais Créd. e Val. CP	(12.908.615,03)	(2,22)	(10.045.076,40)	(1,37)	(28,51)
Total	580.227.993,65	100,00	730.904.379,79	100,00	(20,62)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Destaca-se a conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, que representa 57,57% do subgrupo e demonstrou uma queda percentual de 5,03% entre os períodos comparados, em virtude da transferência de saldo da conta Créditos a Receber de Entidades Federais para o FRGPS.

Outra conta que merece destaque é Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores Curto Prazo, que apresentou uma variação horizontal negativa de 28,51% entre os períodos analisados, impactada principalmente pela adoção da metodologia de ajuste para perdas, conforme explicitada na Nota nº 04.



Nota 4 - Ajuste para Perdas - Créditos por Dano Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo

Metodologia Utilizada

Os procedimentos de reconhecimento de Perdas Estimadas dos Créditos Decorrentes de Dano ao Patrimônio de Curto e Longo Prazo estão respaldados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Metodologia adotada para o Ajuste de Perdas no FRGPS foi inspirada na metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, na qual se utiliza uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios. Assim, se inferirá o Percentual de Créditos não Recebidos a ser aplicado sobre o Saldo Final dos Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio Público de Curto e Longo Prazo.

1 - Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo

A tabela seguinte apresenta, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva de Caxias do Sul, com os dados contábeis do Exercício de 2018, a ser utilizado como base para constituir o Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2021.

Tabela 8 - Memória de Cálculo 2018

R\$

Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líquidas (B)	Recebimento em 2018 (C)	Saldo Final D=(A+B-C)	Percentual Recebimento E=(C/A+B) (%)	Percentual não Receb. F=(100- E) (%)
113410103	2018	1.449.254,11	751.251,85	-	2.200.505,96	-	100,00
113410104	2018	360.569,15	98.654,00	(853,23)	458.369,92	0,18	99,81
113410110	2018	-	4.947,52	-	4.947,52	-	100,00
Total	-	1.809.823,26	854.853,37	(853,23)	2.663.823,40	-	-

Fonte: SIAFI 2018.

A tabela seguinte apresenta, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907– Gerência Executiva em Caxias do Sul, com os dados contábeis do Exercício de 2019, a ser utilizado como base para constituir o Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2021.

Tabela 9 - Memória de Cálculo 2019

R\$

Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líquidas (B)	Recebim. 2019 (C)	Saldo Final (D=A+B-C)	Percent. Receb. (E=C/A+B) (%)	Percent. não Rec (F=100-E) (%)
113410103	2019	2.200.505,96	715.918,20	(18.580,90)	2.897.843,26	0,63	99,36
113410104	2019	458.369,92	639.111,23	-	1.097.481,15	-	100,00
113410110	2019	4.947,52	8.539,99	(8.275,16)	5.212,35	61,35	38,64
Total	-	2.663.823,40	1.363.569,42	(26.856,06)	4.000.536,76	-	-

Fonte: SIAFI 2019.

A tabela seguinte apresenta, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul, com os dados contábeis do Exercício de 2020, a ser utilizado como base para constituir o Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2021.

Tabela 10 - Memória de Cálculo 2020

R\$

Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líquidas (B)	Recebim. 2020 (C)	Saldo Final D=(A+B-C)	Percent. Rec. E=(C/A+B) (%)	Percentual não Receb. F=(100-E) (%)
113410103	2020	2.897.843,26	(2.891.847,46)	(99,93)	5.895,87	1,66	98,33
113410104	2020	1.097.481,15	(978.059,57)	-	119.421,58	-	100,00
113410110	2020	5.212,35	(5.212,35)	-	-	-	
Total	-	4.000.536,76	(3.875.119,38)	(99,93)	125.317,45	-	-

Fonte: SIAFI 2020.

O percentual médio de créditos não recebidos de 2018, 2019 e 2020 foi aplicado sobre o Saldo Contábil do 1º Trimestre de 2021 da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de Curto Prazo, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:

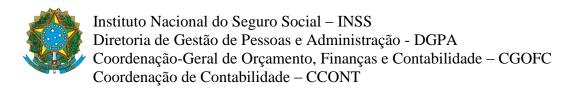


Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2021

Conta	Créditos CP 1º Tri de 2021	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	Média (%)	Cálculo Ajuste Perdas 1º Tri 2021
Contábil	(A)	(B)	(C)	(D)	E=(B+C+D/3)	F=(A*E/100)
113410103	5.895,87	100,00	99,36	98,33	99,23	5.850,59
113410104	119.421,58	99,81	100,00	100,00	99,93	119.347,62
113410110	-	100,00	38,64	-	69,32	-
Total	125.317,45	-	-	-	-	125.198,21

Fonte: SIAFI 2021.

Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo - Demais Gerências Executivas - INSS

Baseada na metodologia acima, segue abaixo os valores reconhecidos em Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo nas diversas Unidades Gestoras do INSS, referente ao 1º Trimestre de 2021.

Tabela 12 - Ajuste de Perdas - Dano Patrim. Curto Prazo – Gerências Executivas

R\$

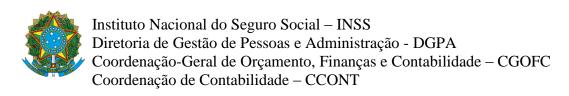
R\$

Nome da UG	Contas de Referência									
Nome da UG	113410101	113410103	113410104	113410110	Total					
DISTRITO FEDERAL	-	10.298,04		-	10.298,04					
TERESINA	-	-	53.732,85	-	53.732,85					
JOINVILLE	3.431,32	-		-	3.431,32					
CAMPO GRANDE	-	-	29.940,77	-	29.940,77					
VITORIA	-	21.474,13	118.219,32	-	139.693,45					
ANÁPOLIS	-		18.156,40	-	18.156,40					
JOÃO PESSOA	-	93.110,99	138.238,98	-	231.349,97					

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 1º Trimestre de 2021

N. J. HO.		C	ontas de Referênc	ia	
Nome da UG	113410101	113410103	113410104	113410110	Total
MANAUS	-	-	42.917,93	-	42.917,93
CASCAVEL	-	-	277.865,17	-	277.865,17
NATAL	-	-	1.401.313,61	-	1.401.313,61
MOSSORÓ	-	139.898,69	357.968,32	-	497.867,01
JUAZEIRO DO NORTE	-	293.041,75	1.414.633,65	-	1.707.675,40
CAXIAS DO SUL	-	5.850,59	119.347,62		125.198,21
IJUÍ	-	69.009,30	570.139,57	118.094,08	757.242,95
MACEIÓ	-	-	1.183.696,83	-	1.183.696,83
PETROLINA	-	-	530.314,90	-	530.314,90
GARANHUNS	-	-	48.664,98	-	48.664,98
SÃO LUÍS	-	-	11.865,72	-	11.865,72
IMPERATRIZ	-	57.424,23	200.482,84	-	257.907,07
SÃO PAULO - SUL	-	107.618,80	96.289,17	-	203.907,97
SÃO PAULO - LESTE	-	52.727,67	830.028,23	-	882.755,90
ARAÇATUBA	-	50.590,15	-	-	50.590,15
CAMPINAS	-	20.056,55	468.884,18	-	488.940,73
SOROCABA	-	117.007,76	-	-	117.007,76
SALVADOR	-	-	1.461.605,95	-	1.461.605,95
BARREIRAS	-	-	9.298,65	-	9.298,65
VITÓRIA DA CONQUISTA	-	138.466,36	620.093,53	-	758.559,89
ITABUNA	-	-	29.072,88	-	29.072,88
JUAZEIRO	-	-	6.281,40	-	6.281,40
FEIRA DE SANTANA	-	53.550,67	-	-	53.550,67
UBERLÂNDIA	-	1.276.185,93	-	-	1.276.185,93
MONTES CLAROS	-	-	771,75	-	771,75
VARGINHA	-	-	23.167,40	-	23.167,40
PORTO VELHO	-	50.737,01	-	-	50.737,01
RIO DE JANEIRO CENTRO	-	125.296,91	41.751,50	-	167.048,41
TOTAL GERAL	3.431,32	2.682.345,53	10.104.744,10	118.094,08	12.908.615,03

Fonte: SIAFI 2021.



2- Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo

É importante destacar que a Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo é a mesma descrita no item 1 desta Nota. Isso se justifica visto que a rotina de contabilização dos recebimentos desses Créditos são efetuados nas Contas Contábeis de Curto Prazo. Essas contas são detalhadas nas tabelas 8, 9 e 10.

Assim, o percentual médio dos créditos não recebidos de 2018, 2019 e 2020, calculado na tabela 11, foi aplicado sobre o Saldo Contábil do 1º Trimestre de 2021 da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de Longo Prazo, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:

Tabela 13 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 1º Trimestre de 2021

Créditos de LP Cálculo Ajuste - Perdas 2018 (%) 2019 (%) 2020 (%) Média (%) Conta 1º Tri de 2021 do 1º Tri de 2021 Contábil (A) **(B) (C) (D)** E=(B+C+D/3)F=(A*E/100)121210403 2.899.018,60 100,00 99,36 98,33 99,23 2.876.756,27 121210404 1.097.481,15 99,81 100,00 100,00 99,94 1.096.801,45 3.613,35 121210410 5.212,35 100,00 38,65 69,32 Total 4.001.712,10 3.977.171,07

Fonte: SIAFI 2021.

Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo - Demais Gerências Executivas no INSS

Baseada na metodologia acima, segue abaixo os valores reconhecidos em Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo nas Diversas Unidades Gestoras do INSS, referente ao 1º Trimestre de 2021.

41

R\$

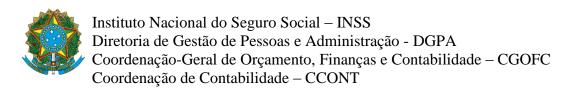
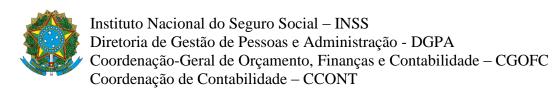


Tabela 14 - Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo – Gerências Executivas

Nama da UC					Contas de R	eferência				
Nome da UG	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total
CGOFC	-	-	-	-	-	-	136.224.487,31	-	-	136.224.487,31
DISTRITO FEDERAL	-	-	6.060.950,34	5.563.254,42	-	-	29.164,27	-	-	11.653.369,03
TERESINA	-	-	-	3.571.339,30	-	-	77.062,93	-	-	3.648.402,23
ARACAJU	-	-	1.571.437,88	1.673.463,30	-	-	266.473,77	-	114.939,39	3.626.314,34
BELÉM	-	492,33	-	809.209,02	-	-	3.497.766,30	-	-	4.307.467,65
MACAPÁ	-	-	-	1.417.226,17	-	-		-	-	1.417.226,17
CRICIÚMA	-	-	-	-	-	-	60.367,06	-	-	60.367,06
JOINVILLE	-	-	-	130.139,64	-	-	-	-	-	130.139,64
CHAPECÓ	-	-	-	368.654,15	-	-	-	-	-	368.654,15
CAMPO GRANDE	70.631,52	13.864,64	3.927.884,94	6.503.480,85	-	-	-	-	-	10.515.861,95
DOURADOS	-	-	3.653.792,15	1.161.267,52	-	-	81.979,43	-	-	4.897.039,10
VITÓRIA	-	-	2.878.276,59	3.840.306,13	-	-	-	-	-	6.718.582,72
GOIÂNIA	-	-	4.969.129,09	5.283.304,38	-	-	149.275,11	-	-	10.401.708,58
ANAPÓLIS	-	1.178,15	1.522.751,32	9.709.114,09	-	-	90.355,88	-	-	11.323.399,44



Nome da UG					Contas de I	Referência				
Nome da OG	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total
RIO BRANCO	-	-	-	716.965,85	-	-	-	-	-	716.965,85
JOÃO PESSOA	-	-	6.198.494,67	4.946.891,51		2.153.648,15	13.732,15			13.312.766,48
CAMPINA GRANDE	-	-	3.437.967,34	2.654.057,95	-	-	225.294,98	-	-	6.317.320,27
SANTARÉM	-	-	-	278.103,60	-	-	405.529,20	-	-	683.632,80
MARABÁ	-	-	-	-	-	-	224.063,31	-	-	224.063,31
MANAUS	58.374,16	197.408,06	1.269.050,11	1.490.409,03	-	-	99.535,66	-	-	3.114.777,02
BOA VISTA	-	-	-	2.240.103,70	-	-	-	-	-	2.240.103,70
PALMAS	-	-	183.976,45	1.851.751,58	-	-	89.286,74	-	-	2.125.014,77
CURITIBA	-	-	973.320,81	3.742.028,43	-	-	115.820,54	-	-	4.831.169,78
PONTA GROSSA	-	-	1.115.581,86	1.622.766,43	-	-	76.410,44	-	-	2.814.758,73
LONDRINA	-	-	1.082.481,72	2.625.161,69	-	-	53.964,50	-	-	3.761.607,91
MARINGÁ	-	-	1.265.313,50	4.724.611,00	-	-	89.573,11	-	-	6.079.497,61
CASCAVEL	-	5.718.924,62	-	2.712.495,75	-	-	40.739,63	-	-	8.472.160,00
NATAL	-	-	2.528.160,19	5.359.902,84	156.913,87	-	1.394.680,90	-	-	9.439.657,80
MOSSORÓ FORTALEZA	-	-	2.401.154,66	3.929.058,63	-	-	80.425,00	-	-	6.410.638,29



Nome da UG					Contas de R	Referência				
Nome da UG	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total
			5.260.727,03	14.038.457,84			808.459,49			20.107.644,36
JUAZEIRO DO NORTE	-	-	5.307.743,40	9.556.818,58	-	-	973.594,78	-	-	15.838.156,76
SOBRAL	-	-	60.738,03	-	-	-	196.058,94	-	-	256.796,97
PORTO ALEGRE	-	-	-	-	-	-	79.514,34	-	-	79.514,34
CAXIAS DO SUL	-	-	2.876.756,27	1.096.801,45	-	-	3.613,35	-	-	3.977.171,07
NOVO HAMBURGO	4.100,96	-	-	251.838,42	-	-	-	-	-	255.939,38
PELOTAS	-	-	596.238,99	2.408.794,56	-	-	7.802,90	-	-	3.012.836,45
SANTA MARIA	-	-	2.098.609,75	144.616,28	-	-	-	-	-	2.243.226,03
IJUÍ	-	1.820.618,15	2.548.252,81	7.969.614,04	-	2.926,51	2.272.130,11	-	-	14.613.541,62
PASSO FUNDO	-	-	320.640,41	717.056,46	-	-	-	-	-	1.037.696,87
CANOAS	-	329.611,65	66.618,60	-	-	-	-	-	-	396.230,25
URUGUAIANA	-	133.907,09	-	-	-	-	39.177,13	-	-	173.084,22
CUIABA	-	-	2.338.876,18	3.066.080,13	-	-	517.701,06	-	-	5.922.657,37
MACEIÓ	950,07	-	75.140,81	7.702.288,74	-	-	3.576.170,44	-	-	11.354.550,06
RECIFE	133.297,08	1.006,66	57.334,15	871.636,43	-	-	355.800,39	-	-	1.419.074,71
PETROLINA	-	15.606,89	896.737,94	2.620.550,06	-	-	26.311,77	-	-	3.559.206,66



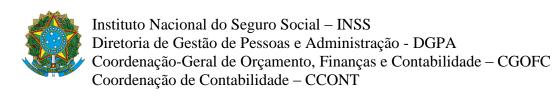
	Contas de Referência										
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total	
	298,93	-	906.100,62	1.464.433,28	-	-	1.966.471,49	-	-	4.337.304,32	
S	-	-	2.580,93	3.135.877,51	-	-	5.377.178,54	-	-	8.515.636,98	
	3.106,96	-	197.694,15	6.611.972,82	-	-	8.706.238,36	-	-	15.519.012,29	
			518.498,78	1.466.202,11			1.976.217,61			3.960.918,50	
CENTRO	61.781,08	-	793.165,36	2.452.180,88	-	-	89.527,81	-	-	3.396.655,13	
NORTE	23.436,51	108.324,72	2.898.871,53	625.266,57	-	-	-	-	-	3.655.899,33	
SUL	20.132,20	-	322.739,20	187.434,48	-	-	134.493,81	-	-	664.799,69	
LESTE	-	-	4.850.680,58	7.237.342,52	-	-	141.332,32	-	-	12.229.355,42	
Δ	-	-	1.566.502,33	1.133.849,55	-	-	11.551,26	-	-	2.711.903,14	
RA	-	41.193,97	2.469.413,71	5.780.237,81	-	-	-	-	-	8.290.845,49	
	-	-	2.313.941,33	5.079.267,72	-	-	3.848,73	-	-	7.397.057,78	
3	-	-	138.968,76	15.262,07	-	-	-	-	-	154.230,83	
	-	-	331.531,04	115.080,47	-	-	38.878,80	26.748,00	-	512.238,31	
	-	21,98	343.119,68	631.586,85	-	-	10.298,79	-	-	985.027,30	
	670,00	-	3.997.292,59	3.195.782,60	-	-	-	-	-	7.193.745,19	
A RA		- 41.193,97 - - - 21,98	1.566.502,33 2.469.413,71 2.313.941,33 138.968,76 331.531,04 343.119,68	1.133.849,55 5.780.237,81 5.079.267,72 15.262,07 115.080,47 631.586,85	-	- - -	11.551,26 - 3.848,73 - 38.878,80		- - -		



Nome da UG					Contas de R	Referência				
Nome da UG	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411 1	21210700	Total
			4.387.701,76	1.030.228,62						5.417.930,38
SOROCABA	-	-	1.638.257,36	48.562,74	-	-	-	-	-	1.686.820,10
PRESIDENTE PRUDENTE	-	-	1.703.955,04	1.614.115,74	-	-	26.870,39	-	-	3.344.941,17
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	-	-	1.028.387,14	10.182,27	-	-	-	-	-	1.038.569,41
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	-	-	1.740.618,59	2.872,32	-	-	76.841,79	-	-	1.820.332,70
JUNDIAÍ	-	-	1.920.683,35	1.503.493,45	-	-	21.280,82	-	-	3.445.457,62
MARÍLIA	1.509,35	-	1.484.684,36	793.172,32	-	-		-	-	2.279.366,03
RIBEIRÃO PRETO	-	-	1.794.358,88	1.146.277,16	-	-	49.532,44	-	-	2.990.168,48
SANTO ANDRÉ	-	-	3.554.123,22	2.113.477,49	-	-	33.274,72	-	-	5.700.875,43
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	-	24.684,28	1.230.661,59	660.485,06	-	-	-	-	-	1.915.830,93
SANTOS	75.935,32	-	505.793,94	8.354.216,73	28.147,30	-	55.344,11	-	-	9.019.437,40
SÃO BERNARDO DO CAMPO	-	-	3.715.684,94	843.337,04	-	-	18.839,74	-	-	4.577.861,72
SALVADOR	585.370,21	-	-	8.870.916,69	-	-	259.185,45	-	-	9.715.472,35
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	-	-	-	2.314.736,98	-	-	272.138,73	-	-	2.586.875,71
BARREIRAS	-	181.287,29	519.273,06	1.215.260,10	-	-	133.973,92	-	-	2.049.794,37
VITÓRIA DA CONQUISTA	-	-	5.409.838,35	16.166.993,88	-	-	717.422,60	-	-	22.294.254,83



Nome da UG	<u> </u>				Contas de R	Referência			
Nome da UG	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411 121210700	Total
ITABUNA	-	-	7.968.169,81	362.530,12	-	-	1.398.241,84		9.728.941,77
JUAZEIRO	-	-		905.128,27	-	-	606.291,25		1.511.419,52
FEIRA DE SANTANA	-	-	1.037.687,63	2.083.769,51	-	-	107.528,10		3.228.985,24
BELO HORIZONTE	-	-	5.632.916,33	8.077.885,60	-	-	5.123,13		13.715.925,06
DIAMANTINA	-	-	1.016.929,87	34.197,34	-	-	67.271,61		1.118.398,82
JUIZ DE FORA			709.487,19	275.425,86			24.044,79		1.008.957,84
UBERABA	-	-	918.897,09	1.474.274,72	-	-			2.393.171,81
BARBACENA	-	-	1.718.630,65	1.864.884,26	-	-	35.384,59		3.618.899,50
DIVINÓPOLIS	-	-	4.026.611,12	427.340,95	-	-	-		4.453.952,07
UBERLÂNDIA	-	-	4.215.322,34	-	-	-	-		4.215.322,34
GOVERNADOR VALADARES	-	-	-	340.162,14	-	-	-		340.162,14
MONTES CLAROS	-	-	1.048.024,95	1.167.725,74	-	-	17.877,02		2.233.627,71
CONTAGEM	-	-	32.684,66	121.473,28	-	-	93.616,83		247.774,77
OURO PRETO	-	2.204,36	4.745.238,86	3.830.657,04	-	-	-		8.578.100,26
VARGINHA POÇOS DE CALDAS	-	-	2.057.206,78	1.036.578,98	-	-	-	- 110.445,58 -	3.204.231,34



Nome de UC	Contas de Referência									
Nome da UG	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total
			5.575.500,95	6.367.169,73			541,88		439.330,52	12.382.543,08
TEÓFILO OTONI	-	-	-	3.001.905,28	-	-	117.657,82	-	-	3.119.563,10
COORD.GERAL GESTAO PESSOAS	-	150.017,21	-	-	-	-	-	-	-	150.017,21
PORTO VELHO	-	-	9.071.332,56	2.604.798,86	-	-	189.684,46	-	-	11.865.815,88
RIO DE JANEIRO-CENTRO	683.993,71	596.381,73	8.228.042,46	1.065.245,61	-	-	41.989,50	-	-	10.615.653,01
RIO DE JANEIRO-NORTE	-	-	-	10.493.325,95	-	-	48.918,56	-	-	10.542.244,51
CAMPOS DOS GOYTACAZES	-	-	643.010,67	3.873.604,91	-	-	98.117,59	-	-	4.614.733,17
PETROPÓLIS	511.694,13	-	2.066.777,96	702.937,51	-	-	-	-	-	3.281.409,60
DUQUE DE CAXIAS	-	-	476.141,05	1.204.061,85	-	-	151.658,43	-	-	1.831.861,33
VOLTA REDONDA	-	23.832,55	-	432.159,73	-	-		-	-	455.992,28
NITERÓI	446.841,10	-	2.310.544,98	3.910.333,91	-	-	60.276,29	-	-	6.727.996,28
TOTAL GERAL	2.682.123,29	9.360.566,33	183.328.418,07	270.847.302,93	185.061,17	2.156.574,66	175.427.288,84	26.748,00	664.715,49	644.678.798,78

Fonte: SIAFI 2021.

Nota 5 - Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é composto pelos Subgrupos Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível. Na tabela 15 é apresentada a composição do Ativo Não Circulante no 1º Trimestre de 2021 em comparação ao ano de 2020.

Tabela 15 - Ativo Não Circulante - Composição do INSS

					R\$
Ativo Não Circulante	1º Trimestre de	AV(%)	2020	AV(%)	AH
	2021				(%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	72.766.191,69	2,29	72.786.236,75	2,29	(0,03)
Imobilizado	3.078.208.801,68	97,08	3.085.017.463,52	97,20	(0,22)
Intangível	19.970.155,06	0,63	16.211.465,06	0,51	23,19
Total	3.170.945.148,43	100,00	3.174.015.165,33	100,00	(0,10)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

No Ativo Não Circulante, destaca-se o Subgrupo Imobilizado que representa quase a totalidade do Grupo (97,08%) e apresentou um decréscimo horizontal de 0,22% entre os períodos elencados. Destaca-se ainda a conta Intangível que trouxe uma variação positiva de 23,19%, em virtude da obtenção de softwares operacionais pela autarquia.

Nota 6 - Passivo

Essas Classes subdividem-se em Passivo Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido e a tabela abaixo tem como objetivo demonstrar o comparativo desses grupos entre o 1° Trimestre de 2021 e o exercício de 2020.

Tabela 16 - Passivo - Composição do INSS

					R\$
Passivo e Patrimônio Líquido	1° trimestre/2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)
Passivo Circulante	141.771.147.252,86	71,55	124.815.479.795,92	68,99	13,58
Passivo Não Circulante	56.377.840.659,67	28,45	56.109.099.313,34	31,01	0,48
Total	198.148.987.912,53	100,00	180.924.579.109,26	100,00	9,52

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

A classe do Passivo teve um aumento de 9,52% no primeiro trimestre de 2021 em comparação a 2020, influenciado, em sua maior parte, pelo crescimento de 13,58% do Grupo do Passivo Circulante, que representa 71,55% da Classe. O Passivo Não Circulante, que corresponde a 28,45% do Passivo, trouxe uma elevação horizontal de 0,48%.

Passivo Circulante – Composição do INSS

O grupo do Passivo Circulante é composto pelos subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

Na tabela a seguir, é demonstrado um quadro comparativo dos subgrupos do Passivo Circulante entre o primeiro trimestre do exercício de 2021 e 2020, apresentando o INSS um saldo de R\$ 141,771 bilhões para este grupo.

Tabela 17 - Passivo Circulante – Composição do INSS

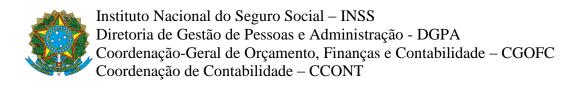
R\$

Passivo Circulante	1° Trimestre/2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)
Obr. Trab, Prev. e Ass a Pag. Cto. Pzo.	4.431.970.355,02	3,13	4.417.677.567,26	3,54	0,32
Fornecedores e Contas a Pag. Cto. Pzo.	58.291.309,17	0,04	34.037.007,19	0,03	71,26
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.163.083,53	-	1.090.758,48	-	6,63
Demais Obrigações a Curto Prazo	137.279.722.505,14	96,83	120.362.674.462,99	96,43	14,06
Total	141.771.147.252,86	100,00	124.815.479.795,92	100,00	13,58

Fonte: SIAFI.

O aumento do grupo do Passivo Circulante foi influenciado, principalmente, pelo crescimento de 14,06% do Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo.

O Subgrupo demais obrigações a curto prazo representa 96,83% do saldo do grupo do Passivo Circulante, tendo como principal composição os termos de execução descentralizadas – TED, dentre eles destaca-se o TED entre o INSS e Ministério da Cidadania para execução dos benefícios geridos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e outras despesas de custeio vinculadas aos benefícios assistenciais.



Em que pese o saldo refletir adequadamente os atos de gestão, ressalta-se que o montante existente é composto por dois TEDs, um do exercício de 2020 e outro do exercício de 2021, quando o mais adequado seria a composição unicamente com o valor do ano de 2021. Ressalta-se que embora os TEDs componham o passivo do órgão não representam obrigações financeiras do INSS. A baixa dos saldos é realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Assistência Social e só pode ser realizado após a prestação de contas do TED.

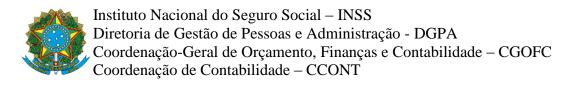
A tabela a seguir traz as Unidades Gestoras contratantes com valores mais expressivos na conta Contas a Pagar Credores Nacionais. A UG da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira concentra o maior valor das operações, 90,68% do total do grupo dos dez maiores contratantes, devido, principalmente, aos contratos centralizados, segregados em Indicador de Superávit Financeiro - ISF F (Financeiro) e P (Permanente). As contas de passivos com ISF F (Financeiro) são as despesas empenhadas com passivo anterior e outras empenhadas sem passivo anterior e liquidadas e com ISF P (Permanente) são os reconhecimentos de passivo (registro de RPV, Precatório, por insuficiência orçamentária ou despesa de exercício anterior), ou seja, ainda não foi emitida a nota de empenho da despesa.

Tabela 18 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes

R\$

Unidade Gestora Executora		1º Trimestre	/2021	_		Exercício	o 2020	-	AH (%)
Omuade Gestora Executora	ISF F	ISF P	Total	AV(%)	ISF F	ISF P	Total	AV(%)	AII (/0)
Coordenacao De Execucao Orcamentaria E Financ	11.734.768,95	334.338.008,43	346.072.777,38	90,68	7.466.461,17	334.903.208,67	342.369.669,84	96,04	1,08
Superintendencia Regional Norte/Centro-Oeste	7.920.112,69	1.480.788,69	9.400.901,38	2,46	1.168.129,10	-	1.168.129,10	0,33	704,78
Superintendencia Regional Sudeste I	7.707.174,13	44.306,20	7.751.480,33	2,03	1.822.098,49	51.358,43	1.873.456,92	0,53	313,75
Superintendencia Regional Sul	3.114.076,44	3.851.146,88	6.965.223,32	1,83	777.984,74	6.668,92	784.653,66	0,22	787,68
Superintendencia Regional Nordeste	3.729.123,36	7.737,99	3.736.861,35	0,98	3.807.020,51	7.737,99	3.814.758,50	1,07	(2,04)
Gerencia Executiva Rio De Janeiro-Centro	1.518.085,40	2.174.048,21	3.692.133,61	0,97	1.281.158,05	2.174.048,21	3.455.206,26	0,97	6,86
Superintendencia Regional Sudeste Ii	2.462.221,46	181.902,56	2.644.124,02	0,69	1.615.467,94	-	1.615.467,94	0,45	63,68
Gerencia Executiva Duque De Caxias	44.809,11	551.406,39	596.215,50	0,16	69.065,71	551.406,39	620.472,10	0,17	(3,91)
Gerencia Executiva Novo Hamburgo	402.586,84	-	402.586,84	0,11	437.553,12	-	437.553,12	0,12	(7,99)
Gerencia Executiva Vitoria Da Conquista	364.474,07	3.450,00	367.924,07	0,10	365.311,15	-	365.311,15	0,10	0,72
Total	38.997.432,45	342.632.795,35	381.630.227,80	100,00	18.810.249,98	337.694.428,61	356.504.678,59	100,00	7,05

Fonte: SIAFI.



Em relação aos maiores fornecedores, na tabela a seguir, destaca-se a Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência - DATAPREV representando 94,71% do grupo dos dez maiores fornecedores do INSS e que, no primeiro trimestre do exercício financeiro de 2021, apresentou uma queda percentual de 0,16%, em comparação a 2020. As principais operações com a DATAPREV se concentram em prestação de serviços estratégicos comuns de soluções de tecnologia da informação, suporte e assistência técnica.

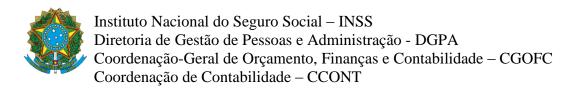
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 1° Trimestre de 2021

Tabela 19 - Os 10 (dez) Maiores Fornecedores do INSS

R\$

Fornacador	1° Trimestre/2021 Fornecedor					dez/20		-	
Forneceuor	ISF F	ISF P	Total	AV(%)	H(%)	ISF F	ISF P	Total	AV(%)
Dataprev	-	326.452.458,75	326.452.458,75	94,71	(0,16)	-	326.976.374,50	326.976.374,50	96,58
Caixa Economica Federal	3.540.432,95	-	3.540.432,95	1,03	-	3.540.432,95	-	3.540.432,95	1,05
Inteligencia De Negocios, Sistemas e Inf.	3.321.673,37	-	3.321.673,37	0,96	100,00	-	-	-	-
Banco Do Nordeste Do Brasil Sa	-	2.323.088,57	2.323.088,57	0,67	-	-	2.323.088,57	2.323.088,57	0,69
Nexus Vigilancia Eireli	2.005.383,23	-	2.005.383,23	0,58	118,13	919.341,94	-	919.341,94	0,27
Datametrica Contact Center Ltda	1.765.226,85	-	1.765.226,85	0,51	-	1.765.226,85	-	1.765.226,85	0,52
Banco Do Estado Do Rio Grande Do Sul	-	1.522.124,11	1.522.124,11	0,44	-	-	1.522.124,11	1.522.124,11	0,45
Claro S.A.	1.026,11	1.511.887,32	1.512.913,43	0,44	-	1.026,11	1.511.887,32	1.512.913,43	0,45
Rg Seguranca E Vigilancia Ltda	1.191.470,61	-	1.191.470,61	0,35	100,00	-	-	-	-
Unica Sorocaba Vigilancia E Seguranca	1.061.603,19	-	1.061.603,19	0,31	100,00	-	-	-	-
Total	12.886.816,31	331.809.558,75	344.696.375,06	100,00	1,81	6.226.027,85	332.333.474,50	338.559.502,35	100,00

Fonte: SIAFI.



Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto pelas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo, Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo.

O INSS apresentou, no 1° trimestre de 2021, um saldo de R\$56,378 bilhões de Passivo Não Circulante, totalizando uma evolução de 0,48% em relação ao exercício de 2020, conforme consta na tabela a seguir.

Tabela 20 - Composição do Passivo Não Circulante

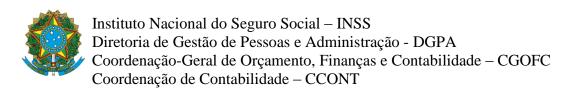
R\$

Passivo Não Circulante	1° Trimestre/2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
Obrig. Trab., Prev., Assist. a Pg a LP	18.503.259,93	0,03	18.503.259,93	0,03	-
Empréstimo e Financ. a LP	56.024.370.113,59	99,37	55.755.105.252,30	99,37	0,48
Fornec. e Contas a Pagar a LP	326.452.458,75	0,58	326.976.374,50	0,58	(0,16)
Demais Obrigações a LP	8.514.827,40	0,02	8.514.426,61	0,02	-
Total	56.377.840.659,67	100,00	56.109.099.313,34	100,00	0,48

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo são decorrentes de reconhecimento de passivos de precatórios efetuados pelos Tribunais Regionais Federais, e não tiveram alteração nesse 1º trimestre de 2021.

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo procedem de Contratos de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução celebrados entre a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999. Esses empréstimos foram destinados a custear o déficit financeiro do INSS. O citado subgrupo apresentou variação positiva de 0,48% neste primeiro trimestre em relação ao ano de 2020, decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, e corresponde a 99,37% do Grupo Passivo Não Circulante.



Com representação no Grupo de 0,58%, o subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo originam de reclassificação do Passivo Circulante, referente as obrigações junto a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência-DATAPREV, referente a prestação de serviços estratégicos comuns de soluções de tecnologia da informação.

O subgrupo Demais Obrigações a Longo Prazo, na sua maioria, é resultante do reconhecimento dos passivos de Requisição de Pequeno Valor/Precatórios de Pessoal, e não teve alteração significativa nesse período.

Nota 7 - Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado. Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009, o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às instituições financeiras. A partir de janeiro de 2010, o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas, visando à melhoria e garantindo a transparência necessária. Realizou-se então o processo licitatório que culminou com a anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente, o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as instituições financeiras remuneravam o INSS estritamente, no tocante aos valores pagos referentes aos benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios. Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs, permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrada pelo INSS.

A receita arrecadada é contabilizada, conforme os códigos de cada leilão: 20029 (1º Leilão nº 07/2009), 20042 (Estoque), 20002 (2º Leilão nº 016/2014) e 28969 (3º Leilão nº 016/2019). Seguem os valores da arrecadação no primeiro trimestre de 2021:

Tabela 21 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento – 1° Trimestre de 2021

R\$

Código de Recolhimento	1° Trimestre de 2021	AV (%)
20029 – Receita do 1º Leilão	52.683.058,93	8,34
20042 – Receita do Estoque	17.339.004,90	2,74
20002 – Receita do 2º Leilão	302.255.937,16	47,85
28969 – Receita do 3º Leilão	259.400.026,61	41,07
Total	631.678.027,60	100,00

Fonte: SIAFI.

A tabela abaixo demonstra a arrecadação da receita do leilão, por código de recolhimento, do primeiro trimestre do ano de 2021 e de 2020.

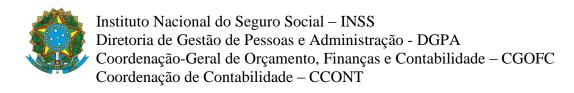
Tabela 22 - Receita do Leilão - Por Cód. de Recolhimento -1° Trim. 2021 e 2020

R\$

Código	1° Trimestre de 2021	1° Trimestre de 2020	AH(%)
20029 - 1º Leilão	52.683.058,93	54.094.784,33	(2,61)
20042 - Estoque	17.339.004,90	18.045.270,72	(3,91)
20002 - 2º Leilão	302.255.937,16	340.504.689,33	(11,23)
28969 - 3° Leilão	259.400.026,61	2.408.255,36	10.671,28
Total	631.678.027,60	415.052.999,74	52,19

Fonte: SIAFI.

Mesmo com a diminuição dos valores arrecadados na receita do 1º Leilão, do 2º Leilão e do Estoque em 2,61%, 3,91% e 11,23% respectivamente, devido ao aumento de 10.671,28% no valor arrecadado na Receita do 3º Leilão, o resultado do primeiro trimestre de 2021 foi 52,19% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.



Nota 8 - RPV e Precatórios

O pagamento de Precatórios decorrente de ações movidas contra o INSS, advindos da Justiça Federal, é realizado diretamente pelos Tribunais Regionais Federais – TRFs.

Em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União, a obrigação a pagar com sentenças judicias pelos órgãos da Justiça Federal é registrado no INSS e as despesas com sentenças judiciais, executadas pelos Tribunais Federais, são apropriadas diretamente nas despesas de Classe 3 (variações patrimoniais diminutivas).

Tabela 23 - Provisão de Precatórios - Tribunais Federais

R\$

Conta Contábil Valor Provisionado para 2021

Benefícios Previdenciários - Precatórios 1.548.246.120,41

Fonte: SIAFI 2020.

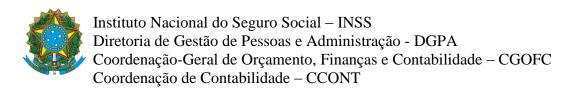
Tabela 24 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed. - 2021

Conta Contábil	VPD – 1° Trimestre 2021
Sentenças Judiciais – Pessoal Ativo – RPPS	9.039.821,98
Sentenças Judiciais - Aposentadorias - RPPS	17.625.747,74
Sentenças Judiciais – Pensões – RPPS	238.496,07
Sentenças Judiciais - Outros Benef. Prev. – RPPS	3.382.712,32
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PF	784.243,89
Sentenças Judiciais – Serviçoes de Terceiros - PJ	438.571,84
Total	31.509.593,84

Fonte: SIAFI 2021.

Os Tribunais Federais são responsáveis pelos lançamentos de RPVs e Precatórios Federais. Já o INSS realiza apenas o acompanhamento dos registros e, neste sentido, limita-se a uma análise de classificação contábil verificando a consistência do registro de modo a garantir que a classificação contábil seja adequada à finalidade do FRGPS.

R\$



Nota 9 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Os grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas do INSS, referentes ao 1° trimestre dos exercícios de 2021 e 2020, são apresentados em modo decrescente na tabela abaixo.

Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$

GRUPO 1º Trimestre 2021		AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH (%)
Transf. e Delegações Recebidas	191.300.824.967,13	99,52	200.799.471.037,55	99,45	(4,73)
Expl. Venda Bens, Serv. Direitos	635.248.153,37	0,33	419.472.095,32	0,21	51,44
Outras Var. Patrimoniais Aument.	237.705.074,18	0,12	196.142.897,45	0,10	21,19
Valoriz.Ganhos c/Ativ/Desinc. Pass.	40.057.533,47	0,02	482.796.840,34	0,24	(91,70)
Variações Patrim. Aument. Financ.	1.234.273,81	-	6.363.675,32	-	(80,60)
Total	192.215.070.001,96	100,00	201.904.246.545,98	100,00	(4,8)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Transferências e Delegações Recebidas

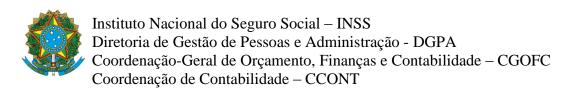
Tabela 26 - Transferências e Delegações Recebidas

R\$

Subgrupo	1° Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Transferências Intragov.	191.298.527.413,55	100,00	200.798.299.212,86	100,00	(4,73)
Outras Transf. e Deleg. Receb.	2.297.553,58	-	1.171.824,69	-	96,07
Total	191.300.824.967,13	100,00	200.799.471.037,55	100,00	(4,73)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

O Grupo Transferências e Delegações Recebidas é formado pelos subgrupos Transferências Intragovernamentais e Outras Transferências e Delegações Recebidas. Tem origem em transferências de recursos decorrentes de envios financeiros de órgãos da administração indireta e



por sub-repasses ocorridos entre as UGs do mesmo órgão, destinados a atender despesas de custeio de LOAS, BPC/RMV e do FRGPS. Se comparado com o mesmo período de 2020, o subgrupo em questão, apresentou um decréscimo de 4,73% nas Transferências Intragovernamentais perfazendo o total de R\$ 9,499 bilhões a menos, que pode ser explicado pela queda de arrecadação no período em estudo, porém, detém a hegemonia com participação de 99,52% do total das VPAs.

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Tabela 27 - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

R\$

Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Expl. de Bens, Dir. e Prest. de Serv.	635.248.153,37	100,00	419.472.095,32	100,00	51,44
Total	635.248.153,37	100,00	419.472.095,32	100,00	51,44

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O grupo em análise é constituído pelo subgrupo de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, que decorre das variações patrimoniais aumentativas de Alugueis, Taxas de Uso de Imóveis e do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios, o qual demonstrou uma evolução de R\$ 215,776 milhões, resultando no avanço horizontal de 51,44% em relação ao 1º trimestre de 2020, podendo ser justificado pelo aumento das receitas do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios tema detalhado na Nota 7.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 28 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$

Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Diversas Var. Patr. Aument.	237.078.429,65	100,00	196.142.897,45	100,00	20,87
Rever. de Prov. e Ajus. de Perdas	626.644,53	-	-	-	-
Total	237.705.074,18	100,00	196.142.897,45	100,00	21,19

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O saldo do subgrupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas decorre principalmente da devolução dos benefícios não pagos pelas instituições financeiras.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Tabela 29 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$

Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Ganhos com Desinc. de Passivos	39.953.757,97	100,00	482.184.424,07	100,00	(91,71)
Ganhos com Incorp. de Ativos	103.775,50	-	612.416,27	-	(83,05)
Total	40.057.533,47	100,00	482.796.840,34	100,00	(91,70)

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos é formado pelos subgrupos Ganhos com Desincorporação de Passivos e Ganhos com Incorporação de Ativos.

No subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos são efetuados os registros de prestação de contas de TED (Termo de Execução Descentralizada), destinado ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania; bem como a atualização da dívida de Precatórios e RPV de Pessoal, Benefícios Previdenciários e Terceiros. Esse subgrupo apresentou queda de 91,71%, no valor de R\$ 442,739 milhões em relação ao 1º trimestre de 2020, redução esta justificada pela falta de baixa dos TEDs.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

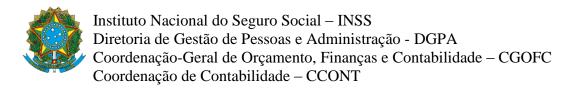
Tabela 30 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

R\$

Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Var. Monet. e Cambiais	1.193.653,46	96,71	1.940.087,53	30,49	(38,47)
Juros e Enc. de Mora	35.406,12	2,87	4.126.475,72	64,84	(99,14)
Rem. Dep. Banc. Apl. Fin.	5.214,23	0,42	297.112,07	4,67	(98,25)
Total	1.234.273,81	100,00	6.363.675,32	100,00	(80,60)

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Por fim, o grupo variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras é o menos relevante da Classe das Variações Patrimoniais Aumentativas e é formado pelos subgrupos Variações Monetárias e Cambiais, Juros e Encargos de Mora e Remuneração de Depósitos Bancários.



Variações Patrimoniais Diminutivas

Os grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas do INSS, referente ao 1° trimestre dos exercícios de 2021 e 2020, são apresentados em modo decrescente na tabela abaixo.

Tabela 31 - Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$

VPD	1º Trimestre 2021	AV (%)	1° Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Transf. Intragovenamentais	172.109.454.431,76	82,48	181.860.675.135,86	83,49	(5,36)
Befefícios Prev. e Assistênciais	18.109.933.134,04	8,68	17.302.754.174,79	7,94	4,67
Desval./Perdas Ativ.Incorp. Pass. Trib.	16.952.498.458,22	8,12	16.777.069.064,35	7,70	1,05
Pessoal e Encargos	841.455.414,08	0,40	879.201.133,68	0,40	(4,29)
Uso Bens, Serv. e Consumo Cap. Fixo	351.810.534,66	0,17	427.319.247,59	0,20	(17,67)
Variações Patrim. Dimin. Financ.	269.376.499,60	0,13	550.899.805,43	0,25	(51,10)
Outras Variações Patr. Diminutivas	19.887.292,18	0,01	21.139.501,68	0,01	(5,92)
Tributárias	6.997.627,29	-	5.031.503,17	-	39,08
Total	208.661.413.391,83	100,00	217.824.089.566,55	100,00	(4,21)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

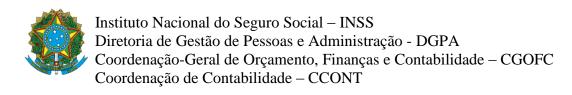
Transferências e Delegações Concedidas

Tabela 32 - Transferências e Delegações Concedidas

R\$

Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Trasnsf. Intragovernamentais	172.106.873.539,55	100,00	181.859.241.335,84	100,00	(5,36)
Outras. Transf. e Del. Conc.	2.476.322,93	-	1.433.800,02	-	72,71
Transferências ao Exterior	104.569,28	-	-	-	-
Total	172.109.454.431,76	100,00	181.860.675.135,86	100,00	(5,36)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



O grupo Transferências e Delegações concedidas é constituído pelos subgrupos Transferências Intragovernamentais, Outras Transferências e Delegações Concedidas e Transferências ao Exterior. Registra os recursos decorrentes de execução orçamentária e independentes de execução orçamentária, de bens e valores referentes a transações e intragovernamentais e intergovernamentais. No 1º trimestre de 2021 esse grupo correspondeu a 82,48% do total das VPDs do INSS e, devido a redução de arrecadação, apresentou uma retração de 5,36% em relação ao mesmo trimestre de 2020. Neste trimestre foram transferidos ao FRGPS aproximadamente R\$ 167,347 bilhões destinados ao custeio de pagamento de Benefícios Previdenciários e Restos a Pagar.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

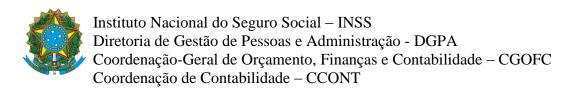
Tabela 33 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Subgrupo 1º Trimestre 2021 AV (%) 1º Trimestre 2020 AV (%) AH(%) 16.426.020.255,66 15.470.836.555,90 89,41 Benef. de Prest. Continuada 90,70 6,17 Aposentadorias e Reformas 1.193.453.393,26 6,59 1.320.754.389,32 0,08 (9,64)Pensões 478.410.737,44 2,64 502.004.465,50 2,90 (4,70)Outros Benef. Prev. e Assist. 12.048.747,68 0,07 9.158.764,07 31,55 Total 18.109.933.134,04 100,00 17.302.754.174,79 100,00 4,67

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Em relação ao grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais, este é formado pelos subgrupos Benefícios de Prestação Continuada, Aposentadorias e Reformas, Pensões e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais. O referido grupo possui uma representatividade de 8,68% do total da Classe, e apresenta uma evolução horizontal de 4,67% se comparado ao 1º trimestre de 2020, justificado, em parte, pelo reajuste dos benefícios assistenciais concedidos pelo Governo Federal de 5,26%, bem como as ações do Governo Federal relacionada a pandemia da Covid-19 detalhada na Nota 10.

R\$



Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário

Tabela 34 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorp. Passivo Tributário

R\$

Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Incorporação de Passivos	16.947.552.445,08	99,97	16.776.146.281,72	99,99	1,02
Reav. Red. a Valor Rec. Ajust. P/ Perdas	3.518.690,41	0,02	-	-	-
Desincorporação de Ativos	1.427.255,13	0,01	922.782,63	0,01	54,67
Perdas Involuntárias	67,60	-	-	-	-
Total	16.952.498.458,22	100,00	16.777.069.064,35	100,00	1,05

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

O grupo Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário participa com 8,12% das VPDs da Classe, demonstra um avanço de 1,05% se confrontado com o mesmo período de 2020, devido principalmente ao registro dos TED (Termo de Execução Descentralizada), destinado ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, lançados no subgrupo Incorporação de Passivos.

Pessoal e Encargos

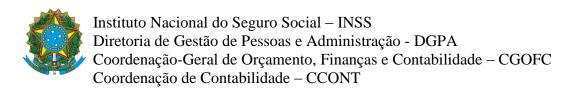
Tabela 35 - Pessoal e Encargos

R\$

Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Remuneração a Pessoal	664.343.753,44	78,95	705.942.888,12	80,29	(5,89)
Encargos Patronais	135.268.737,20	16,08	131.640.344,14	14,97	2,76
Benefícios a Pessoal	39.748.411,56	4,72	41.350.391,90	4,70	(3,87)
Out. VPD - Pessoal e Enc.	2.094.511,88	0,25	267.509,52	-	682,97
Total	841.455.414,08	100,00	879.201.133,68	100,00	(4,29)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Os subgrupos Remuneração de Pessoal, Encargos Patronais, Benefícios a Pessoal e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos, formam o grupo Pessoal e Encargos.



No 1º trimestre de 2021 o grupo demonstrou um recuo horizontal 4,29% em relação ao mesmo trimestre de 2020, devido ao aumento da demanda de concessões de aposentadorias de servidores, porém manteve a representatividade vertical de 0,40% das VPDs do Órgão, conforme tabela 31.

Tabela 36 - Uso de Bens, Serviço e Consumo de Capital Fixo

R\$

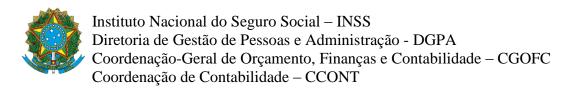
Subgrupo	1º Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Serviços	338.081.307,46	96,10	416.176.685,28	97,39	(18,76)
Deprec., Amort. e Exaustão	7.111.939,57	2,02	8.210.837,76	1,92	(13,38)
Uso de Material de Consumo	6.617.287,63	1,88	2.931.724,55	0,01	125,71
Total	351.810.534,66	100,00	427.319.247,59	100,00	(17,67)

Fonte: SIAFI 2021 e 2021.

O grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo engloba as VPDs de manutenção e operação da máquina pública, exceto as despesas de Pessoal e Encargos que são os subgrupos Serviços, Depreciação, Amortização e Exaustão, e Uso de Material de Consumo.

O subgrupo Serviços representa 96,10% do grupo em análise. Esse subgrupo teve uma redução de 18,76%, com referência ao mesmo período de 2020, e expressa um decréscimo horizontal de 17,67%, podendo ser explicada pela redução das VPDs de Serviços Técnicos Profissionais, e de Serviços de Apoios Administrativo, Técnico e Operacional.

O subgrupo Uso de Material de Consumo merece destaque pela evolução positiva de 125,71% se confrontado ao 1º trimestre de 2021, chegando a 1,88% de relevância no Grupo, isso devido as ações do Governo Federal no combate pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2), como aquisição de Equipamentos de Proteção Individuiais-EPI e Equipamento de Proteção Coletiva-EPC dentre outras, melhor detalhado na Nota 10 –COVID 19.



Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Tabela 37 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

R\$

Subgrupo	1° Trimestre 2021	AV (%)	1° Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Variações Monet. Cambiais	269.297.149,73	99,97	550.690.492,38	99,96	(51,10)
Juros e Encargos de Mora	78.339,21	0,03	209.230,10	0,04	(62,56)
Desc. Financ. Concedidos	1.010,66	-	82,95	-	125,71
Total	269.376.499,60	100,00	550.899.805,43	100,00	(51,10)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

No que tange ao grupo das Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras ele compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, e tem como principal ocorrência a apropriação monetária e encargos do saldo devedor do contrato de financiamento e cessão de créditos, registrado no subgrupo Variações Monetárias Cambiais o qual aponta uma retração de 51,10% no 1º trimestre de 2020 em referência a 1º trimestre de 2020, atingindo o valor de R\$ 281 milhões, motivado pela redução da taxa básica de juros (SELIC).

Tabela 38 - Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias

R\$

Subgrupo	1° Trimestre 2021	AV (%)	1º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Imp. Taxas e Cont. Melhoria	6.847.385,28	97,85	4.800.392,68	95,41	42,64
Contribuições	150.242,01	2,15	231.110,49	0,05	(34,99)
Total	6.997.627,29	100,00	5.031.503,17	100,00	39,08

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Por fim, o grupo das Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias é composto pelas variações patrimoniais diminutivas referentes a Impostos, Taxas e Contribuições e apresentou uma evolução horizontal de 39,08% em relação ao 1º trimestre do ano anterior.

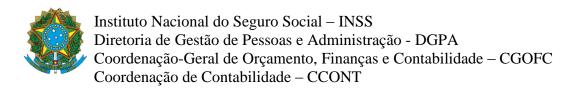


Tabela 39 - Resultado Patrimonial do Período

R

DΦ

DVP	1º Trimestre 2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	192.215.070.001,96
Variações Patrimoniais Diminutivas	208.661.413.391,83
Resultado Patrimonial do Período (VPAs-VPDs)	(16.446.343.389,87)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial-BP.

Tabela 40 - Análise do Resultado Patrimonial do Período

DVP	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	AH(%)
Resultado Patrimonial do Período	(16.446.343.389,87)	(15.919.843.020,57)	3,31

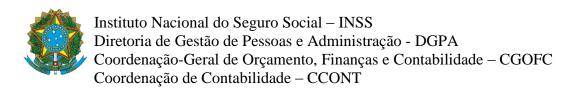
Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

A Demonstração das Variações Patrimoniais do Primeiro Trimestre de 2021 apontou um Resultado Patrimonial deficitário de R\$ 16,446 bilhões de reais, com aumento de 3,31% em comparação ao primeiro trimestre de 2020, podendo ser justificado pela falta de baixa dos TEDs.

Nota 10 - Ações relacionadas ao COVID-19

Com fundamento na Lei 13.982 de 02 de abril de 2020, o INSS realizou antecipações de benefício de prestação continuada no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), conforme disposição trazida no art. 3°, transcrito abaixo:

Art. 3º Fica o INSS autorizado a antecipar o valor mencionado no art. 2º desta Lei para os requerentes do benefício de prestação continuada para as pessoas de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, durante o período de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Lei, ou até a aplicação pelo INSS do instrumento de avaliação da pessoa com deficiência, o que ocorrer primeiro. (Vide Decreto nº 10.413, de 2020) Parágrafo único. Reconhecido o direito da pessoa com deficiência ou idoso ao benefício de prestação continuada, seu valor será devido a partir da data do requerimento, deduzindo-se os pagamentos efetuados na forma do caput.



Tais antecipações geraram uma despesa ao longo do 1º trimestre de 2021 de R\$98.458.827,89 (noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete centavos e oitenta e centavos), conforme tabela abaixo.

Tabela 41 - Valores Mensais Físicos e Financeiros das Antecipações

R\$

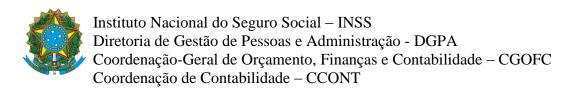
Competência	Quantidade de créditos	Valor
jan/21	116.261	74.946.885,97
fev/21	7.587	11.063.782,76
Mar/21	7.280	12.448.159,16
Total	131.128	98.458.827,89

Fonte: Dataprev.

No tocante aos procedimentos operacionais e atendendo às recomendações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), as atividades de logística se pautaram, em um primeiro momento, no ajuste das contratações públicas decorrente da suspensão do atendimento presencial, ante as medidas de distanciamento social e, em um segundo momento, no atendimento das demandas de aquisições de bens e serviços diretamente relacionados ao retorno gradual seguro das atividades presencial, tanto aos servidores e prestadores de serviços, quanto aos próprios beneficiários desta Autarquia.

Contando com o amparo da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, posteriormente alterada pela Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020, foram adotados procedimentos e medidas excepcionais para as aquisições de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da Pandemia, para dar conta do período de emergência, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.

Visando o retorno gradual das atividades presenciais, de forma segura, no âmbito dos contratos de prestação continuada de serviços de limpeza e vigilância, as ações de logística se pautaram basicamente no Plano de Reabertura das Unidades de Atendimento (SEI nº 1895098) e informações fornecidas pela "Equipe Técnica - GT Reabertura das APS", chanceladas pela Diretoria de Atendimento, com impactos nas contratações de vigilância e, de forma mais contundente e com reflexos orçamentárias diretos, nos de prestação de serviços de limpeza e



conservação, com as demandas de readequação quantitativa e qualitativa, com vistas à proteção e controle da transmissão do novo coronavírus.

Pode-se destacar, ainda, as aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de Proteção Coletiva (EPC), tanto para os servidores, quanto para os segurados (quando necessário). Foram adquiridos materiais como: lixeiras plásticas com tampa e pedal; saboneteiras para gel tipo *dispenser*; anteparo de placa acrílica (protetor para guichê); álcool em gel 70%, luvas, toucas (gorros) e aventais descartáveis, termômetro digital portátil, máscaras descartáveis e de tecido, além de protetor facial (tipo *face shield* – reutilizável). Em complementação e visando futura reposição, foram providenciadas Atas de Registro de Preços, com vistas a evitar a descontinuidade na prestação dos serviços no âmbito do Instituto.

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL